



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
COLEGIADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**TRABALHO INFANTIL:
A MORTE SILENCIOSA DA INFÂNCIA - UM QUESTIONAMENTO DA
REALIDADE MACAPAENSE DOS TRABALHADORES INFANTIS DO
COMPLEXO DA PRAÇA BEIRA RIO**

**Macapá – Ap
2010**

**LILIAM DE SOUSA MIRA
MARIA CELES MONTEIRO FERREIRA OLIVEIRA
TIAGO CAVALCANTE COUTINHO**

TRABALHO INFANTIL:

**A MORTE SILENCIOSA DA INFÂNCIA - UM QUESTIONAMENTO DA
REALIDADE MACAPAENSE DOS TRABALHADORES INFANTIS DO
COMPLEXO DA PRAÇA BEIRA RIO**

Trabalho de Conclusão de Curso –TCC,
apresentado ao Curso de Licenciatura e
Bacharelado em Ciências Sociais junto à
Universidade Federal do Amapá, como
requisito final para a obtenção do título de
Sociólogo sob orientação do Prof. Msc
Richard Douglas Coelho Leão.

**Macapá – Ap
2010**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Mira, Liliam de Sousa.

Trabalho Infantil: a morte silenciosa da infância - um questionamento da realidade macapaense dos trabalhadores infantis do complexo da Praça Beira Rio / Liliam de Sousa Mira; Maria Celes Monteiro Ferreira Oliveira; Tiago Cavalcante Coutinho. – Amapá: [s.n.], 2010.

81 f.; Il.; enc.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, Curso de Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Msc. Richard Douglas Coelho Leão.

1. Criança. 2. Trabalho Infantil. 3. Desigualdade Social. 4. Ideologia. I. OLIVEIRA, Maria Celes Monteiro Ferreira. II. COUTINHO, Tiago Cavalcante. III. Título.

CDD: 341.656

Bibliotecário: Silvério Júnior
CRB-2 / 1111

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (**Lei nº 9.610/98**) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**LILIAM DE SOUSA MIRA
MARIA CELES MONTEIRO FERREIRA OLIVEIRA
TIAGO CAVALCANTE COUTINHO**

TRABALHO INFANTIL:

**A MORTE SILENCIOSA DA INFÂNCIA - UM QUESTIONAMENTO DA
REALIDADE MACAPAENSE DOS TRABALHADORES INFANTIS DO
COMPLEXO DA PRAÇA BEIRA RIO**

Trabalho de Conclusão de Curso –TCC, apresentado ao Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais junto a Universidade Federal do Amapá, como requisito final para a obtenção do título de Sociólogo, submetido à Banca Examinadora composta pelos Professores:

Banca Examinadora

Prof. Msc Richard Douglas Coelho Leão (Orientador)
Instituição: UNIFAP

Prof. Dr. Manoel de Jesus de Sousa Pinto (Examinador 1)
Instituição: UNIFAP

Prof. Esp. Raimundo de Lima Brito (Examinador 2)
Instituição: UNIFAP

Apresentado em: ___/___/_____

Conceito: _____

Primeiramente a Deus por iluminar nossos passos nesta caminhada, aos nossos familiares, amigos, professores, mestres, colegas de classe e a todos que contribuíram nessa caminhada de vida acadêmica não deixaram de se fazer presentes em cada gesto e apoio, carinho, dedicação e em especial nosso orientador mestre que contribuiu de forma eficiente e eficaz para a materialização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos primeiramente a Deus por estar presente em nossas vidas, nos contagiando de perseverança e sapiência a fim de enfrentarmos os desafios que a vida nos impõe.

Aos nossos pais, mesmos os que já não estão presentes em nossas vidas, mas que, incansavelmente, nos enveredaram pelos caminhos da vida com desvelo, abnegação, carinho e segurança.

Aos nossos esposos, filhos, irmãos que estão presente em nossas vidas, nos apoiando, nos incentivando na busca das nossas conquistas.

Aos nossos professores, em especial ao nosso orientador Prof^o Msc Douglas Richard Coelho Leão, por ter-nos dado à oportunidade de absorver sua sabedoria com valiosos comentários engrandecendo nosso trabalho.

E a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para realização deste trabalho, com carinho especial à Prof^a Msc Maria Emília Chaves que sempre se prontificou em nos ajudar, esclarecendo nossas dúvidas e, também aos nossos amigos: Clodóvio de Paula Melo, Gilmara Pessoa e Maria do Socorro Ribeiro de Melo.

Restam-nos dizer-lhes quão foi importante cada um de vocês para nós, que as palavras são inefáveis para expressá-las.

“É brincando que a criança desenvolve a linguagem compreensível sobre o mundo, aprende a interpretar seus papéis nele e a formar suas habilidades”

Jean Piaget

RESUMO

O presente trabalho tece considerações sobre a exploração do trabalho infantil na cidade de Macapá. Objetivamente, se propôs a investigar a problemática do trabalho infantil precoce e suas implicações na vida sócio-educativa de crianças e adolescentes da Praça da Beira Rio. Através dos dados colhidos, mensurados e analisados constatou-se que a condição de extrema carência de recursos financeiros é que leva inúmeros de o público infanto-juvenil, diariamente, ao trabalho para a Praça Beira Rio. O presente trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica valendo-se de uma literatura pertinente ao assunto. Em seguida, de uma pesquisa de campo, junto à população alvo, utilizando para a coleta de dados, a técnica de formulário e a entrevista não diretiva. Constitui-se este trabalho de três capítulos: o primeiro capítulo aborda os conceitos sociológicos do trabalho, a partir do ponto vista dos autores clássicos e um breve relato histórico do trabalho infantil no Brasil; o segundo capítulo discorre sobre a morte silenciosa da infância: Dinâmica da Infância nas Sociedades Simples e Complexas; Causas da Interrupção da Infância Relação ao Trabalho Infantil e no terceiro capítulo analisa a realidade do trabalho infantil em Macapá, centrando-se nos trabalhadores mirins da Praça da Beira Rio.

PALAVRAS-CHAVE: Criança, Trabalho Infantil, Desigualdade Social, Ideologia.

ABSTRACT

This study reflects on the exploitation of child labor in the city of Macapá. Objectively, set out to investigate the problem of early child labor and its implications for social and educational life of children and adolescents Square Beira Rio. Through the data collected, measured and analyzed it was found that the condition of extreme shortage of funds is that it takes many of the juvenile population, every day, to work for Square Beira Rio. This work was developed through a literature drawing on literature relevant to the subject. Then, a search field, next to the target population, using data collection, the technique of form and not interview policy. It consists of three chapters of this work: The first chapter discusses the sociological concepts of work, from the viewpoint of classical authors and a brief historical account of child labor in Brazil, the second chapter is about the silent death of childhood and the relationship child and society and the third chapter examines the reality of child labor in Macapá, focusing on junior employees Square Beira Rio.

KEY WORDS: Child, Child Labour, Social Inequality, Ideology

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALCMS:	Área de Livre e Comercio de Macapá e Santana
DRT-AP	Delegacia Regional do Trabalho - Amapá
IBGE:	Instituto Nacional Geográfico e Estatístico
IPEC:	Programa Internacional para Erradicação do Trabalho Infantil
OIT:	Organização Internacional do Trabalho
ONG:	Organização Não-Governamental
ONU:	Organização das Nações Unidas
PETI:	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
UNICEF:	Fundo das Nações Unidas para Infância
UNIFAP:	Universidade Federal do Amapá

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Número de entrevistados e o Sexo -----	44
Gráfico 02 – Demonstrativo da Cor dos Entrevistados – Macapá -----	45
Gráfico 03 – Demonstrativo da Idade dos Entrevistado – Macapá -----	46
Gráfico 04 – Demonstrativo da Cidade de Origem dos Entrevistados – Macapá -----	46
Gráfico 05 – Demonstrativo Bairro Onde Moram – Macapá -----	47
Gráfico 06 – Demonstrativo Meio de transporte utilizado para o trabalho e escola -----	48
Gráfico 07 – Demonstrativo de Serie Escolar – Macapá -----	49
Gráfico 08 – Demonstrativo Nível de repetência após ter começado a trabalhar -----	50
Gráfico 09 – Demonstrativo de Participação em Programas do Governo -----	50
Gráfico 10 – Demonstrativo Com quem Moram -----	51
Gráfico 11 – Demonstrativo do Numero de Irmãos -----	52
Gráfico 12 – Demonstrativo de Condições de trabalho dos Pais -----	53
Gráfico 13 – Demonstrativo do Tipos de Trabalhadores Infantis Entrevistados -----	54
Gráfico 14 – Demonstrativo através de quem veio Trabalhar na Praça Beira Rio -----	56
Gráfico 15 – Demonstrativo de Horário de Retorno para Casa após o trabalho -----	57
Gráfico 16 – Demonstrativo Com Quem Voltam para a Casa -----	57
Gráfico 17 – Demonstrativo Quais os Motivos que Levam Você a Trabalhar -----	58
Gráfico 18 – Demonstrativo do Cansaço Após o Trabalho -----	59
Gráfico 19 – Demonstrativo Quanto Você Ganha Nesse Trabalho -----	60
Gráfico 20 – Demonstrativo O que Você Faz Com o Dinheiro que Ganha -----	61
Gráfico 21 – Demonstrativo Abordagem por entidades governamentais -----	62
Gráfico 22 – Demonstrativo O que você Gostaria de Ser Quando Crescer -----	63
Gráfico 23 – Demonstrativo O que Você Gostaria de Ter -----	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 MUNDO DO TRABALHO HUMANO	16
2.1 CONCEITO SOCIOLÓGICO DO TRABALHO	16
2.2 IDEOLOGIA DO TRABALHO INFANTIL	22
2.3 BREVE HISTÓRIA DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL	27
2.3.1 Trabalho Infantil no Brasil, da Colônia à República	27
2.2.3 Trabalho Infantil no Brasil Contemporâneo	30
2.3.3 Legislação Brasileira de Proteção e Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil Contemporâneo	32
3 A MORTE SILENCIOSA NA INFÂNCIA	35
3.1 A DINÂMICA DA INFÂNCIA NAS SOCIEDADES SIMPLES E COMPLEXAS	35
3.2 CAUSAS INTERRUPTÃO DA INFÂNCIA COM RELAÇÃO AO TRABALHO INFANTIL	36
4 REALIDADE DO TRABALHO INFANTIL EM MACAPÁ	42
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES INFANTIS QUE SE CONCENTRAM NO COMPLEXO DA PRAÇA BEIRA RIO	42
4.2 CAUSAS QUE IMPULSIONAM MENINOS E MENINAS À PRÁTICA DO TRABALHO INFANTIL	52
4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE DE MACAPÁ, COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	64
4.3.1 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	65
4.3.2 Projeto Peixinhos Voadores	66
4.3.3 Projeto Pirralho	66
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICES	74

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho focaliza a compreensão do trabalho infantil como fenômeno interdependente de complexas relações sociais e culturais, nas quais a sociologia se apresenta como um dos elementos constitutivos de análise dessa realidade social.

O tema proposto neste trabalho é: Trabalho Infantil: A Morte Silenciosa da Infância – Um Questionamento Social da Realidade Macapaense dos Trabalhadores Infantis do complexo da Praça Beira Rio.

O tema em questão justifica-se pela relevância que representa para uma sociedade em que passa por constante mutação nos últimos anos, dentre essas, destaca-se, o acelerado aumento do contingente populacional, em decorrência da criação da Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana em 1991. Simultaneamente com este crescimento, vieram os problemas sociais, dentre os quais, a exploração do trabalho infantil. Percebe-se, diariamente, pelas ruas e em locais de constantes aglomerações, com destaque especial à Praça Beira Rio, crianças e adolescentes comercializando seus produtos, limpando pára-brisas de carro ou simplesmente reparando carros, em troca de algumas moedas.

Sabe-se, *a priori*, que as causas dos problemas sociais é a pobreza desassistida. A maioria desses trabalhadores infantis de rua, não são crianças abandonadas. E sim, crianças oriundas de famílias pauperizadas, que possuem um reduzido nível de escolaridade ou mesmo nenhum e que, justamente, por isso, encontram maiores dificuldades para perceber as conseqüências desastrosas que o trabalho precoce poderá causar ao desenvolvimento físico, emocional e cognitivo à infância, e que, além disso, poderá comprometer também a vida adulta desses trabalhadores infantis.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizado o método quântico-qualitativo, implicando num levantamento bibliográfico com temas pertinentes ao assunto, relatando o que os diferentes autores e especialista escreveram sobre o assunto, e, a partir de então, foi estabelecido uma de correlação entre essas teorias para, que no final, contribuíram para embasamento da construção de análise e conclusão dos resultados do problema levantado. O universo da pesquisa de campo foram os trabalhadores infantis que desenvolvem suas atividades laborativas no complexo da Praça Beira. Utilizou-se para a coleta de dados a técnica de formulário e a entrevista não diretiva. A amostragem foi selecionada através de um processo aleatório. Esta pesquisa de campo se apropriou da abordagem dialética para fundamentação e análise dos resultados deste trabalho Etimologicamente a palavra dialética,

vem do latim, *dialéctica* ou *dialectice* que quer dizer na Grécia antiga, “a arte do diálogo, da contraposição e contradição de idéias que leve a outras idéias”. Na acepção moderna, segundo Konder (1981, p.143), dialética “é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de emprendermos a realidade como sendo essencialmente contraditória e em permanente transformação”. Este método caracteriza-se por três fases distintas: a tese, a antítese e a síntese. A primeira, fala-se da situação ou afirma-se sobre determinado assunto; a segunda é o contraponto à primeira, onde se opõe as idéias iniciais, a terceira e última fase, que é a síntese, chega-se à conclusão entre o que fôra afirmado e oposto nas fases anteriores.

Com base na problemática apresentada, levantou-se o seguinte questionamento: Motivos de ordem social econômica e cultural, combinam-se e interpõem-se na incorporação prematura de crianças e adolescentes, impulsionando-os à condição de trabalhadores de rua. De que forma esses motivos contribuem para a disseminação e inserção desses trabalhadores infantis, nesse tipo de trabalho?

Com alicerce na hipótese levantada, questionou-se que, a desigualdade social, a má distribuição de renda no Estado, seja um dos principais fatores que contribuem para que parcela da população de famílias macapaenses fiquem expostas à marginalidade social, em virtude de sua escassa condição sócio-econômica e de falta de políticas públicas efetivas capazes de agir paliativamente ou no combate e erradicação do trabalho infantil no município de Macapá.

Os principais autores que embasaram este trabalho são: Karl Marx, Émile Durkheim, Marx Weber, Marilena Chauí, Ricardo Antunes, Custódio e Veronese, Cristina Porto, Corrêa e Gomes, Cury, Freitag, Foucault etc..

A proposta geral do trabalho foi: Investigar a problemática do trabalho infantil, na cidade de Macapá, suas implicações na condição de vida sócio-educativa e a repercussão na vida em sociedade. Especificamente, esta pesquisa se propôs: Investigar a abordagem sociológica do trabalho; Fazer um breve relato histórico do desenvolvimento do trabalho infantil no Brasil; Perquirir as causas e conseqüências que impulsionam os trabalhadores mirins à Praça Beira Rio.

A estrutura deste trabalho assenta na constituição de três capítulos, pautado nos conceitos sociológicos do trabalho a partir dos principais clássicos em suas mais diversas perspectivas e concepção de mundo, apontam a importância do trabalho e das relações que se constituem a partir dele para o entendimento da sociedade. Seguido de um breve relato histórico do trabalho infantil no Brasil, tendo como parâmetro o século XVI, com a chegada das primeiras embarcações dos exploradores europeus, nas quais vinham crianças

trabalhadoras na condição de Grumetes e Pagens. Ressalta-se também neste período, a institucionalização do trabalho infantil, com criação da Rodas dos Expostos, a implantação de um sistema educacional pelos jesuítas, considerado este sistema por Custódio e Veronese (2007), como “a experiência mais significativa para a infância quinhentista no Brasil”; discorre também, sobre a exploração de trabalho escravo de crianças nas lavouras de cana-de-açúcar. Enfatiza-se a legislação de proteção e erradicação ao trabalho infantil no Brasil.

Acercou-se ainda sobre a morte silenciosa da infância, destacando-se a relação da criança nas sociedades: simples e complexas, enfatizam-se fatores de cunho econômico, educacional e cultural, como mola propulsora para a inserção prematura de crianças ao mundo do trabalho e os danos nocivos causados à infância em decorrência do trabalho infantil.

Centrando-se nos trabalhadores infantis do complexo da Praça Beira Rio. Fez-se uma abordagem da realidade socioeconômica dos mesmos, analisando as causas que estimulam esse contingente infantil, precocemente, ao mundo do trabalho, contextualizando as formas de trabalho informal que eles desenvolvem diariamente naquele local. Culmina esse trabalho, nas políticas públicas existentes no município de Macapá como mecanismos de prevenção e erradicação do trabalho infantil.

Acreditamos que os discursos à acerca do trabalho infantil vêm sendo historicamente reproduzidos pelas instituições socializadoras da criança como a família e até mesmo a escola. Percebemos o quanto a ideologia do trabalho está imersa às práticas discursivas dos sujeitos, assim, o trabalho aparece como uma alternativa importante para a não permanência das crianças nas ruas, e que quando se trata da criança pobre, o trabalho infantil apresenta-se como uma prática que vem sendo reforçada historicamente pela família.

Um outro ponto ainda nesta mesma ótica, é o fator econômico, quando se investiga na literatura do campo as determinações para a ocorrência do trabalho infantil, a pobreza, geralmente, se apresenta como a principal causa do fenômeno. Campos (2001), na sua tese intitulada “Pobreza e Trabalho Infantil sob o Capitalismo”, conduz sua explicação para o mecanismo intrínseco ao capitalismo, o qual gera pobreza e cria as condições para a reprodução do fenômeno da inserção precoce de crianças no trabalho. Portanto, para o autor, a mão-de-obra infantil é um fenômeno decorrente da pobreza, tendo como seu gerador o modo de produção capitalista.

2 MUNDO DO TRABALHO HUMANO

2.1 CONCEITO SOCIOLÓGICO DO TRABALHO

A compreensão sociológica do trabalho remete a uma série de abordagens metodológicas que buscam salientar a importância das relações sociais na organização do trabalho. Em suas mais diversas perspectivas e concepção de mundo, os autores clássicos do pensamento sociológico, cada um a seu modo, apontaram a importância do trabalho e das relações que se construíram a partir dele para o entendimento da sociedade. Atualmente, com as grandes mudanças pelas quais passa o mundo contemporâneo a investigação sociológica permanece um instrumento essencial para lançar luz sobre tais transformações e seus impactos sociais.

De Marx legamos os pressupostos de que a posição do trabalhador no processo produtivo é o princípio organizador da estrutura social. De que a dinâmica do desenvolvimento da sociedade é pautada pelos conflitos gerados no plano das relações de trabalho, é a responsável pela continuidade das forças produtivas.

Na proposição Marxista, o escopo do estado burguês é reproduzir as relações de produção capitalista por meio da dominação e da exploração da força de trabalho do proletariado. Os meios de produção convertem-se em capital quando combinados com a força de trabalho assalariado, ou seja, quando o proprietário dos meios de produção encontra disponível no mercado a força de trabalho e a consome no processo de produção.

Marx (1988) corrobora que a produção capitalista não é apenas a produção de mercadorias, ela é essencialmente, produção de mais valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso não é suficiente que ele produza. Ele tem de produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital. O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre o trabalhador e produto de trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador um instrumento direto de criar mais valia.

A produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais valia relativa. E pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente (MARX, 1998, 584-585).

O trabalhador embora liberto de qualquer dependência pessoal, não possui as ferramentas de produção para suprir o seu sustento e, em vista disso, é forçado a vender sua força de trabalho ao capitalista e a suportar o jugo da exploração.

Durkheim (1999) percebia a sociedade capitalista de forma contrária à teoria marxista. Durkheim acreditava no progresso da sociedade capitalista, para ele, a despeito dos problemas sociais, o capitalismo seria uma sociedade perfeita. Essa visão otimista devia-se à sua análise particular, pois, observando e classificando os fatos sociais, o autor entendia que além da moral social havia outro elemento integrador da ordem social: a divisão do trabalho social, que gerava solidariedade. Isso significava que além das regras morais, a solidariedade poderia contribuir para a harmonia na sociedade, a partir da divisão social do trabalho, as funções, tarefas, profissões iam se especializando cada vez mais e as pessoas passavam a depender mais uma das outras.

A sociedade se apresenta como um sistema de funções diferentes e especiais unidas por relações definidas. A solidariedade da divisão social do trabalho só é possível de desenvolver, se cada indivíduo tiver uma esfera de ação própria, por conseguinte uma personalidade.

É necessário, pois, que a consciência coletiva deixe descoberta uma parte da consciência individual, para que nela se estabeleçam essas funções especiais que ela não pode regulamentar; e quanto mais essa região é extensa, mais forte é a coesão que resulta dessa solidariedade. De fato, de um lado, cada um depende tanto mais estritamente da sociedade, quanto mais dividido for o trabalho nela e, de outro, a atividade de cada um é tanto mais pessoal quanto mais for especializada (DURKHEIM, 1999, p.108).

Na divisão do trabalho, a individualidade de todo aumenta ao mesmo tempo em que a das partes; a sociedade torna-se mais capaz de se mover em conjunto, ao mesmo tempo em que cada um de seus elementos tem mais movimentos próprios. Essa interdependência das funções gerou o que Durkheim denominou de 'solidariedade orgânica'¹ à divisão social do trabalho.

Na interpretação de Durkheim, a sociedade capitalista marchava, apesar da desordem, por que passava, para uma etapa de ordem e progresso, para evitar as possíveis falhas, bastava fazer as reformas. Neste sentido, o modo como as pessoas trabalham em determinadas sociedade influi no modo como pensam e se definem como seres sociais.

¹ Solidariedade Orgânica: Essa solidariedade se assemelha à que observamos entre os animais superiores. De fato, cada órgão aí tem sua fisionomia especial, sua anatomia, e contudo, a unidade do organismo é tanto maior quanto mais acentuada essa individualização (DURKHEIM, 1999, p.108-109).

Weber (2001) inferiu que as religiões, ao contrário de servirem como desinteressadas e disseminadoras dos mais puros anseios de igualdade e paz entre os homens, acabaram, na verdade, contribuindo notavelmente para que o “espírito do capitalismo” emergisse triunfantemente.

Weber apresentou elementos com contundência inovadora. Segundo ele, o protestantismo e o catolicismo possuem suas diferenças que se traduzem na forma como se organizaram as sociedades, econômica, social e culturalmente que se construíram em alinhamentos religiosos. Weber tentou avaliar o grau de relação entre desenvolvimento capitalista e a moral protestante observando o que o protestantismo ao impor uma série de perspectiva que destoaram do que se verificava nas sociedades católicas. Percebeu que os resultados eram os valores das diferenças básicas entre as posturas dos protestantes e dos católicos, quanto à forma de construir a condição de suas vidas e de encarar o mundo sob óticas que suas religiões lhes proviam.

Daí conclui-se que se por um lado as sociedades católicas, presumidamente, tinham possibilitado maiores condições de interação racional, como o que ocorreu no Brasil, por outro lado, as sociedades influenciadas pelo protestantismo possibilitaram maiores condições para o desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos. As bases notadas nessas duas sociedades foram determinantes para se perceber em tais bases, os elementos que contribuíram para a construção das feições econômicas verificadas nas sociedades católicas e protestantes.

Max Weber pondera que as leis sociais estabelecem relações causais em termos de regras de probabilidades, segundo os quais determinados processos devem seguir-se ou ocorrer simultaneamente outros. Essas leis referem-se à construção de “comportamento com sentido” e servem para explicar os processos particulares. Para que isso seja possível, Weber defende a utilização dos chamados “tipos ideais”, ou seja, modelos racionais que descrevem modos de comportamento social. Representam o primeiro nível de generalização do conceito abstrato e, correspondendo às exigências lógicas da prova, estão intimamente ligados à realidade concreta particular, com objetivo de relacionar as idéias fundamentais do protestantismo com as máximas da vida econômica capitalista.

Weber (2001) analisa alguns pontos fundamentais da ética calvinista, como afirmação de que “o trabalho constitui, antes de mais nada, a própria funcionalidade da vida”. Outra idéia no mesmo sentido estaria contida na máxima dos puritanos, segundo a qual “a vida profissional do homem é que lhe dá prova do seu estado de graça, para sua consciência, que se expressa no zelo e no seu método, fazendo com que ele consiga cumprir sua vocação”.

Por meio desses exemplos, Weber (2001, p. 83) mostra que o asceticismo secular do protestantismo “libertava psicologicamente a aquisição de bens da ética tradicional, rompendo os grilhões da ânsia de lucro, com que não apenas a legalizou como também a considerou como diretamente desejada por Deus”.

A riqueza, desta forma, é condenável eticamente, só na medida que constituir uma tentação para a vadiagem e para aproveitamento pecaminoso da vida. Sua aquisição é má somente quando é feita com o propósito de uma vida posterior mais feliz e sem preocupações. Mas, como o empreendimento de um dever vocacional, ela não é apenas moralmente permissível, como diretamente recomendada (WEBER, 2001, p. 89).

A ênfase do significado ascético de uma vocação fixa propiciou uma justificação ética para a moderna divisão do trabalho, afirma Weber. O trabalho, entendido como vocação constante e sistemática, é considerado como o mais alto instrumento de ascese e o mais seguro meio de preservação da redenção da fé e do homem. Deve ter sido a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção da vida constituída pelo espírito do capitalismo.

Chauí (1991) entende que a nova sociedade, valoriza o trabalho como unidade do corpo (natureza) e do espírito (vontade livre) e, que a mesma é constituída por dois tipos de homens, o burguês, proprietários dos meios de produção, e por outro homem livre, o assalariado, que já não aparece como meios de produção, como eram escravo e servo e que também não possui o próprio meio de produção, tal como o lavrador, que trabalha sua própria terra, é livre e dono de si mesmo. Esse homem, o não burguês, é livre da servidão, mas é despojado dos meios de produção. O regime de capital dessa nova sociedade pressupõe a separação entre esses dois tipos de homens, enquanto um compra a força de trabalho, e outro a vende. Essa relação de trabalho entre as duas classes, é que vai engendrar o capitalismo. O capital, segundo a autora, para acumular e reproduzir, precisa da exploração do trabalho assalariado que é a sua fonte, e diz ainda:

[...] é preciso distinguir duas faces de trabalho, embora tidas como igualmente dignas: de um lado, o trabalho como expressão de uma vontade livre e dotada de fins próprios, e, de outro lado, o trabalho como relação da máquina corporal com as máquinas sem vida, isto é, com as coisas naturais e fabricadas. Ora, essas duas faces do trabalho também estarão divididas em duas figuras diferentes: o lado livre e espiritual do trabalho é o burguês, que determina os fins, enquanto o lado mecânico e corpóreo do trabalho é o trabalhador, simples meio para fins que lhe são estranhos. De um lado, a liberdade. De outro, a “necessidade”, isto é, o autômato (CHAUÍ, 1991, p. 15-16).

A autora (1991, p. 48) interpreta a mercadoria do modo de produção capitalista, como a forma mais simples e mais abstrata, aparece, imediatamente, como uma imensa

produção, acumulação, distribuição e consumo de mercadorias. A análise de mercadoria revelará, que há mais mercadoria do que suponhamos à primeira vista, pois um elemento fundamental do modo de produção capitalista, o trabalhador, que aparece como um ser humano, é, na verdade, uma mercadoria – ele vende no mercado sua força de trabalho. Essa mercadoria é em sua origem, valor de uso e valor de troca. Como valor de uso, parece valer por sua utilidade, e, com valor de troca parece valer no seu preço no mercado. Logo, a mercadoria na apreciação de Chauí, não é uma coisa, mas trabalho social concentrado.

A mais valia vai surgir quando o trabalhador não recebe o pagamento pelas as horas excedentes trabalhadas, as quais vão constituir o lucro do capitalista, ou seja, o seu capital, este que tem sua origem, na mais valia. Graças a esta, a mercadoria não é um valor de uso e um valor de troca qualquer, mas um valor capitalista. A mercadoria oculta, não paga, confirma a exploração do capitalista sobre o trabalhador.

Organista (2006, p.62), tece comentários de que, Offe em seus questionamentos sobre a categoria trabalho, infere que, as transformações ocorridas no fim do século XX, com o declínio das ocupações do setor secundário, bem como o desemprego estrutural, do avanço da racionalidade técnica e da diminuição do emprego assalariado, apontam para a crise da sociedade do trabalho e, no limite, para a perda da centralidade do trabalho assalariado como fator de integração social e para a diminuição política dos trabalhadores. Para este autor, falar em crise “na medida em que os indícios de que o trabalho remunerado formal perdeu sua qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas de auto-estima e das referências sociais, assim como as orientações morais”.

O crescimento do setor de serviços, o declínio da participação dos trabalhadores do setor industrial, o desemprego, a expansão do emprego parcial, a crise do Estado de bem-estar-social e a fragmentação da sociedade salarial, sugerem, o declínio da ética do trabalho, haja vista que o trabalho ocupa cada vez menos espaço como continuidade biográfica, tornando-se, na maioria dos casos, excepcional.

Ainda sob a ótica do referido autor, está claro que

Cada vez mais que a produção de bens e serviços ocorre fora da estrutura institucional do trabalho assalariado formal e contratual, ou seja, em áreas onde os trabalhadores não são empregados, mas membros de instituições compulsórias como exército e presídios, ou de uma economia subterrânea semilegal ou criminalizada (OFFE, 1989, p.177-178 *apud* ORGANISTA, 2006, p. 64).

Além disso, Offe aponta para a ampliação do tempo livre, não como um fenômeno conjuntural, mas como uma tendência que tende a se confirmar, em virtude do

desenvolvimento tecnológico e, em vista disso, cede lugar para que os trabalhadores tenham outras experiências que se colocam além do trabalho.

Antunes (1995) apresenta uma posição oposta a Offe em seus estudos sobre o trabalho. Entende que a partir dos anos 80, houve grandes transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção, na sua forma produtiva e nas formas de representação sindical e política. O autor assegura que

foram intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe que vive do trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (ANTUNES, 1995, p.15).

Antunes certifica que o resultado mais brutal dessa transformação sem precedente foi o desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer de maneira resumida, que há uma processualidade contraditória, que de um lado reduz o operariado industrial e fabril; e de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Confirma-se essa tendência, sobretudo nos países de capitalismo avançado, onde há uma nítida redução do proletariado, fabril, industrial, manual, quer em decorrência dos quadros recessivos quer em função da automação, da robótica e da microeletrônica, gerando altas taxas de desemprego estrutural.

Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora, haja vista a incorporação do trabalho feminino e a exclusão dos mais jovens e mais velhos no processo de trabalho. Paralelamente a essa tendência, há outra também extremamente significativa, dada pela subpolarização do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, “terceirizado”, vinculados à “economia informal”, entre tantas outras modalidades existentes.

O autor explana que nas sociedades capitalistas há uma dualidade contraditória de tendências presente no mundo trabalho; de um lado, o processo simultâneo de intelectualização do trabalho manual e de outro, a desqualificação e mesmo a subproletarização através do trabalho precarizado.

Antunes (1995) realça ainda que, em vista das transformações no mundo do trabalho, constata-se entre trabalhadores estáveis e os de trabalhos precarizado, uma crise sindical fazendo surgir um abismo social no interior da classe trabalhadora, e, para contornar esse quadro, deveria haver uma organização sindical, uma profunda redefinição capaz de aglutinar o conjunto da classe que vive do trabalho, através da criação de um sindicalismo horizontalizado, superando assim, o sindicalismo verticalizado.

Ao refletir sobre o mundo do trabalho nas sociedades contemporâneas ressalta que “as tendências atuais não permitem concluir pelo fim da centralidade da categoria trabalho, pelo contrário, ainda que presenciando uma redução quantitativa no mundo produtivo, o trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação de valores de troca” (ANTUNES, 1995, p.75).

Merkseñas, em sua acepção da análise marxista, expõe que

[...] a sociedade capitalista sempre seria imperfeita; conseqüentemente o único caminho para a superação dos problemas sociais seria a luta política para a construção de uma nova sociedade: o socialismo. No capitalismo, o trabalho se organiza de forma a dar origem à produção quase infinita de mercadorias. Essa é a aparência de nossa sociedade: imenso depósito de mercadorias. E por trás dessas mercadorias estão as duas classes, uma que explora e outra que é explorada (MERKSENAS, 2010, p. 59-61).

O autor alude que Marx ao analisar a organização do trabalho no capitalismo, descobriu uma contradição básica: que a riqueza de alguns era devida a uma situação de exploração e pobreza a que a imensa maioria está submetida. Essa contradição entre capital e trabalho é, na opinião de Marx, o elemento que origina os problemas sociais: lucro excessivo de um lado e salário baixo de outro; mansão de um lado, cortiço de outro; saúde de um lado e subnutrido de outro e assim por diante.

2.2 IDEOLOGIA DO TRABALHO INFANTIL

O conceito de ideologia que se utiliza está fundamentado nas reflexões de Souza Filho (1995). Enquanto a concepção tradicional restringe a análise da ideologia ao campo da luta de classes, este autor a lança num campo de discussão mais amplo, ao entender por dominação a submissão do indivíduo a toda Ordem Social. Essa dominação não é exclusivamente a de classe ou de Estado, mas ela se alarga como submissão à cultura, padrões, convenções, entre outros. Conforme Souza Filho (1995), a ideologia se inscreve no sujeito a partir dos modos de operar da linguagem e da cultura, que, ao ocultarem o caráter de convenção humana e social, tornam invisível a dominação. Se por um lado a linguagem e a cultura são condições para a existência humana, por outro, seus modos de operar fazem com que a realidade social seja vivida como algo natural e não como algo construído pela ação dos homens, impedindo que eles se dêem conta do processo sócio-histórico resultado das práticas sociais humanas.

Para compreender o lugar da ideologia na cultura, torna-se importante remetermos ao simbólico e ao imaginário, pois, pela ação deles, o mundo social é dotado de sentido. Eles estão na raiz da ideologia, construindo, em cada sociedade e época histórica, explicações para que os homens se situem como sujeitos sociais na realidade que os cerca. Conforme Castoriadis (1982, p. 142), referente à ligação do simbolismo com o social. “Tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico, não que se esgote nele”.

Este autor em muito contribui para a nossa reflexão na esfera do imaginário e do simbólico. O sistema simbólico consiste em ligar símbolos (significantes) a significados (representações, significações). O simbólico está numa estreita relação com o imaginário, pois o símbolo possui um componente imaginário e este, por sua vez, para passar de imagem para outra existência, deve utilizar-se do simbólico. O que ocorre é que, se por um lado, há uma função simbólica no imaginário, por outro, o simbolismo pressupõe a capacidade imaginária.

O simbólico e o imaginário estão presentes no campo dos discursos que a sociedade constrói sobre si mesma e a ideologia se constitui nesse campo, inculcando valores, normas, etc. De modo que os sujeitos não desobedeçam, mas aceitem a Ordem Social estabelecida. A ideologia, portanto, vai prover explicações para que os sujeitos se situem numa determinada Ordem Social, justificando-a e fornecendo os fundamentos da existência dessa Ordem. A ideologia serve a legitimação da Ordem Social, e, por isso, é o discurso da dominação. Essa dominação é entendida como sujeição do indivíduo à cultura, enquanto engendrada de sistemas sociais que aparecem como obras da natureza divina ou do acaso. Assim, a ideologia, como um conjunto de representações/significações, oculta a natureza sócio-histórica da realidade, tornando invisível à dominação. Nosso interesse recai sobre as significações simbólicas e imaginárias acerca do trabalho infantil. Enfocamos, sobretudo, os discursos construídos sócio-historicamente na nossa sociedade acerca deste tema, buscando perceber o que há de ideológico nesses discursos, como essa modalidade de trabalho tem sido justificada e explicada, fornecendo os fundamentos para a manutenção da sua prática.

Vejamos o momento em que se engendra, na sociedade burguesa, um discurso que encaminhará a massa dos miseráveis com suas crianças ao mundo do trabalho. Foucault (1972, p. 55) aponta para o século XVII, a idade clássica, momento em que surge “uma nova sensibilidade à miséria (...) uma nova ética do trabalho”. Havia o interesse em manter a ordem geral e é posto no miserável, ao mesmo tempo, um efeito da desordem e um obstáculo à ordem. Segundo este autor, a miséria, antes considerada mais num sentido místico, de uma glorificação da dor e de uma salvação comum à pobreza, passa a ser encerrada numa

culpabilidade, numa certa relação entre a ordem e a desordem. Essa nova sensibilidade, não mais religiosa, é encarada no horizonte moral. Tem-se aqui a distinção entre os bons e maus pobres. Os primeiros são aqueles que fazem parte da pobreza submissa e conforme a ordem que lhe é imposta; já os segundos pertencem à pobreza insubmissa: são os que escapam, desviam da ordem.

Foucault (1972, p. 71) relata que o trabalho passa a ser percebido “como solução geral, panacéia infalível, remédio para todas as formas de miséria”. O trabalho que antes era visto, num sentido religioso, como punição, castigo devido à “queda” do homem, ou seja, a sua expulsão do paraíso por causa da desobediência a Deus transcende para uma nova ética, recebendo um valor de penitência e resgate. Aderir ao trabalho, agora, é aderir ao grande pacto ético da existência humana.

No mundo clássico, temos uma linha de partilha entre o trabalho e a ociosidade, sendo esta considerada como maldita e condenada, como um dos mais degradantes males da sociedade. Manter a ordem, portanto, implica encaminhar o mundo da pobreza (incluindo as suas crianças) ao mundo do trabalho. Com essa nova forma de encarar o mundo da pobreza, no imaginário social, o trabalho e a ociosidade assumiram novos lugares e discursos Segundo Castoriadis (1982, p 177).

(...) O papel das significações imaginárias é o de fornecer “respostas” a “perguntas”: não se trata de perguntas e de respostas colocadas explicitamente, e as definições não são dadas na linguagem. As perguntas não são nem mesmo feitas previamente às respostas. A sociedade se constitui fazendo emergir uma resposta de fato a essas perguntas em sua vida, em sua atividade. É no fazer de cada coletividade que surge como sentido encarnado a resposta a essas perguntas, é esse fazer social que só se deixa compreender como resposta a perguntas que ele próprio coloca implicitamente.

O trabalho aparece no imaginário social como algo que vem dar uma “resposta” para as questões vividas na sociedade, de modo que ela pudesse se organizar simbolicamente como coerente, homogênea e harmoniosa. Quanto ao nosso estudo, o trabalho infantil é uma prática que vem também “responder” algo aos sujeitos, no sentido de se apresentar como uma solução para as questões vividas naquela realidade: percebe-se no dia-a-dia em falas de mães uma preocupação com o tempo vago de seus filhos, tempo em que não estão na escola.

Há falta de condições de oferecer outras possibilidades às crianças como colocar o filho em um esporte, ou um curso de computação ou ainda um curso de línguas, restando como alternativa preencher o tempo ocioso do filho com o trabalho. O que chama a atenção é que, no imaginário dessa população, o horário vago aparece como uma ameaça. Tomamos o que um antigo ditado popular lembra: “a mente vazia é oficina do diabo”. Esta “mente vazia”

implica não ter com o que se ocupar e isto na mentalidade social, aparece como a condição para desembocar num mau caminho, sendo o trabalho visto como a solução. Apesar do discurso acima indicar um reconhecimento de uma realidade social profundamente desigual, que faz com que somente certas famílias tenham acesso a equipamentos sociais de lazer e profissionalização dos filhos, observa-se que não há uma reflexão dentro da sociedade a respeito, por exemplo, de como o trabalho precoce é um forte reprodutor da pobreza. Ou seja, não é porque visualizam essa diferença social no seu cotidiano que podemos dizer que a ideologia foi desvelada.

Ela permanece profundamente viva, à medida que seus mecanismos de funcionamento são naturalizados, reinventados, reproduzidos e sustentados subjetivamente. Isso se dá, inclusive, quando justificamos que o trabalho tem sido uma das poucas estratégias ainda possíveis para evitar os riscos que a falta de políticas sociais igualitárias proporcionam a essa parcela da população. Não escapamos nem da valorização do trabalho nem da legitimação e naturalização da iniquidade social.

Essa discussão, portanto, está bem próxima do pensamento de Souza Filho (1995), quando aponta para a ideologia enquanto conjunto de representações/significações que oculta a natureza sócio-histórica da realidade, tornando invisível a dominação, a qual consiste na submissão aos sistemas sociais que são vistos como obras de natureza divina ou do acaso.

No Brasil, a partir do século XIX, é que se produz um novo discurso sobre o trabalho. A nova ética do trabalho que se alastrou pela Europa na era clássica, conforme Rizzini (1998), foi transposta para o Brasil, tomando corpo no final do século XIX, num momento em que o país vivia uma série de mudanças como a abolição da escravatura, a constituição de uma nação, o processo de industrialização. Ao trabalho que, até então, era considerado algo degradante, humilhante, associado à escravidão, passa a ser impressa uma nova concepção: a do trabalho dignificante e enobecedor.

Era preciso atribuir ao trabalho um novo valor, pois na sociedade com todas essas mudanças havia a percepção de um perigo iminente. É posto no trabalho a “salvação” (termo utilizado na época) e os que insistiam em escapar a essa nova visão, chamados “avessos ao trabalho”, eram discriminados e coagidos a trabalhar.

A pobreza passa por um processo de moralização. Na virada do século XIX para o XX, Rizzini (1998) aponta uma escala fictícia de valores, na qual as virtudes estariam na sua extremidade superior e os vícios, na inferior. Dentro dessa “escala de moralidade” era o cultivo ou não do hábito de trabalhar que determinava a virtude ou o vício e estabelecia uma divisão entre o que era moral e imoral, digno e indigno. Os pobres trabalhadores se situavam

mais acima na escala de moralidade. Os que permaneciam no ócio, os avessos ao trabalho, eram os viciosos, os imorais, os que faziam parte da pobreza indigna e, por se mostrarem insubmissos, eram vistos como uma ameaça em potencial, associada à criminalidade. Essa visão moralizadora do trabalho infantil, bem como a oposição à ociosidade que é encarada como um mal a ser evitado e combatido. Esse trabalho possui uma função moralizadora, a qual vem servindo também de justificativa para a condução das crianças ao mundo do trabalho.

Conforme Rizzini (1998, p. 91), no final do século XIX e início do século XX, “as famílias trabalhadoras educavam seus filhos de modo a afastá-los dos “ambientes viciosos” e “evitavam, acima de qualquer outra coisa, a escola perniciosa da rua”.

Nesse período a rua era vista então como a “escola do mal”. Em nosso campo de estudo, escutamos muitas falas referentes à rua, cujo sentido de “escola” nociva estava presente. A rua entrou no imaginário da nossa sociedade como um espaço nocivo, devendo ser evitado. Da Matta (1997) considera “casa” e “rua” categorias sociológicas, conceitos que tentam dar conta do que uma sociedade pensa e institui em seu código de valores, que formam seu sistema de ação.

A rua é vista como um espaço movimentado, propício às desgraças e roubos, portanto, um local perigoso. Ariés (1981) nos oferece uma visão do momento em que a rua perde a sua função antiga de espaço de socialização e torna-se um lugar proibido para a infância. Isto se dá com as mudanças ocorridas na sociedade moderna, a partir do século XVII, com a privatização da família e a instituição de outros espaços, como a família e a escola, para socializar e educar a criança.

Como o espaço da rua torna-se proibido, Perpetua-se assim a ideologia na qual a criança, não estando na escola, deve permanecer em casa. Surge, então, uma preocupação dos especialistas em retirar da rua as crianças pobres, os órfãos, os mendigos e os vagabundos, os quais, na visão deles, não passavam de futuros delinquentes e criminosos. Portanto, a criança na rua constituía uma ameaça, enquanto que no trabalho era considerada enquadrada e em segurança. Esta é uma preocupação que aparece em quase todos os momentos. A rua e a ociosidade são consideradas o ponto de partida para a “vagabundagem”, a “criminalidade” e o uso de “drogas”.

É claro que esse medo não é infundado. Pois, sabe-se que estatisticamente, entre os jovens a violência um dos maiores problemas enfrentado atualmente. As taxas de mortalidade por causas violentas (homicídios, suicídios e acidentes de transporte) entre jovens de 15 a 24 anos alcançam cifras muito altas, sendo predominante entre homens pobres e com

baixo nível de escolaridade. Ou seja, a falta de suporte social e de alternativas, para a maioria dessas famílias, constitui fontes de vulnerabilidade reais para suas crianças (futuros jovens). Elas têm buscado enfrentar tais condições utilizando recursos ainda disponíveis, como é o caso do trabalho, que tem funcionado tanto como uma forma de proteção, quanto de reprodução de capital humano.

2.3 BREVE HISTÓRIA DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

2.3.1 Trabalho Infantil no Brasil, da Colônia à República

No o século XVI, embarcações portuguesas que vinham para o Brasil traziam em seu interior, crianças na condição de trabalhadores. As famílias pobres de Portugal embarcavam seus filhos de 9 a 16 anos, na condição de grumetes e pagens. Essas crianças desempenharam papéis importantes nas travessias ao Atlântico. Os Grumetes geralmente realizavam todas as tarefas realizadas por adultos, mas recebiam a metade da remuneração de um marujo da mais baixa hierarquia da marinha portuguesa. Também eram atribuídas a eles, as tarefas mais perigosas e penosas, pois entendia que perder um miúdo seria melhor que estar desamparado da força adulta nas travessias ao Atlântico.

Os meninos grumetes eram vítimas de toda ordem de exploração; além das pesadas jornadas de trabalho, sua alimentação era deficiente provocando doenças graves que podiam levar a morte como a inanição e o escorbuto. O pagem, era outro papel desempenhado por crianças nas embarcações portuguesas, os quais eram embarcados para prestar serviços aos nobres e oficiais durante as travessias, porém, seus serviços em relação aos dos grumetes tinham características mais leves e podiam até ascender aos cargos da Marinha.

Cabia ao pagem satisfazer as vontades da nobreza; serviam as mesas; arrumavam os camarotes e organizavam as camas, preocupando-se especialmente com as condições de conforto dos oficiais nas viagens, o que podia possibilitar uma condição privilegiada em relação aos demais marujos, caso ganhassem a simpatia de seus superiores.

O período expansionista europeu é marcado pela exploração infantil, tanto que “nos séculos XVI e XVII, pelo menos 10% da tripulação das caravelas, urcas e galeões, fossem elas de guerra, mercantes ou de corsários, era construída por meninos com menos de 15 anos” (VENÂNCIO, 1999, *apud* CUSTÓDIO *et al*, 2007, p.17-20).

As crianças embarcadas não deixavam para trás somente sua terra, mas todas as possibilidades de viver uma infância feliz e saudável. A travessia do Atlântico a partir do século XVI, trouxe consigo a violência e exploração contra as crianças e a cultura do trabalho infantil, penoso, perigoso e, também, da submissão, do desvalor da infância, representando fielmente uma história de exclusão que se constata ao longo dos séculos seguintes.

Os referidos autores, informam que a experiência mais significativa para a infância quinhentista no Brasil foi a implantação de um sistema de educação pelos jesuítas. Confirmando a convergência de interesses voltados à expansão da igreja e o domínio português. Nesse projeto a infância surge como um espaço necessário para a impressão dos valores europeus cristãos tão necessários à época para a construção de uma nova sociedade. No Brasil colônia o ensino dos jesuítas proporcionou significativa influência na cultura indígena representando mais um espaço de avanço e domínio dos portugueses sobre os nativos.

Com a intervenção dos jesuítas há a construção de uma nova cultura. Havia doutrina para todos da aldeia. A educação jesuítica teve papel significativo na construção inicial de uma primeira imagem concreta da criança no Brasil. Entre as novidades trazidas pelos padres estavam as punições corporais. No entanto, esse modelo de correção ia de encontro aos costumes indígenas que não tinham hábitos de baterem em suas crianças. Era comum o fato de se construir nas aldeias administradas pelos jesuítas, o tronco e o pelourinho.

Segundo, Porto *et al* (2008, p.42), informam que nas tribos indígenas, os valores de trabalho eram totalmente diferentes. As crianças seguiam os pais e mães no trabalho coletivo, uma forma de se iniciar na vida da aldeia. Porém, os colonizadores aos poucos acabaram com essa organização social.

Ainda no século XVI, marca a Institucionalização da infância brasileira. Surgem as primeiras ações de caráter assistencial no Brasil. A Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro, cria a Roda dos Expostos, instituição criada para acolher as crianças órfãs. A orfandade foi o grande problema social da infância nos primeiros séculos no Brasil.

Ao receber um novo bebê, a rodeira geralmente encaminhava para uma casa de amadurecimento até a idade de três anos e estimulava a manutenção da guarda da criança pagando pequeno valor até os sete anos. Neste momento, já estaria autorizada a exploração o trabalho da criança de forma remunerada ou em troca de casa e comida. Por isso, o acolhimento de crianças órfãs e abandonadas acontecia principalmente através de famílias substitutas, já que havia interesse no trabalho prestado pelas crianças, mas mesmo assim a institucionalização de crianças foi uma prática de longa frequência (CUSTÓDIO; VERONESE, 2007, p. 24).

Seja nas Rodas dos Expostos² ou na recepção da criança abandonada pela família, o interesse pelo trabalho da criança vigorava como regra ocultada pela caridade e legitimada pela suposta assistência.

No período colonial, o ingresso da criança no mundo do trabalho era extremamente precoce. Informa Del Priore (1999 *apud* CUSTÓDIO; VERONESE, 2007), que a partir dos setes anos as crianças já desenvolviam pequenas atividades, ou estudavam a domicílio, com preceptores ou na rede pública, por meio das escolas régias, criadas na segunda metade do século XVIII, ou, ainda aprendiam algum ofício, tornando-se aprendizes.

Aos doze anos já estavam devidamente preparadas para as árduas tarefas. Com a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, os meninos eram levados por fazendeiros para as áreas rurais ou por artesãos para o trabalho em suas oficinas. As meninas eram destinadas aos afazeres domésticos sem qualquer remuneração. O trabalho infantil doméstico sempre foi considerado como algo natural e que as crianças de famílias pobres deveriam ajudar nos afazeres domésticos, dentro de casa ou na agricultura doméstica. Fato este que se perpetua nos dias atuais, pois, são comuns crianças vindas do interior para trabalhar em casa de famílias como doméstica ou babá, na perspectiva de concluir os estudos na capital. Em troca de, casa, comida e o vale transporte.

No século XIX, para a produção da cana-de-açúcar no país, os portugueses trouxeram escravos da África. Até o final deste século, 4% dos africanos que desembarcavam no Rio de Janeiro, eram crianças. Tinham vida curta: apenas um terço chegavam aos 10 anos. Aos 7 anos já eram carregadores, mensageiros, pajens e “sacos de pancadas” das crianças brancas. Poucas trabalhavam como aprendizes de barbeiros, seleiros, ferreiros e costureiras, nas cidades (PORTO *et al*, 2008, p.42).

Neste século, a criança brasileira continuou marcada pelo estigma da escravidão legitimado por um sistema econômico concentrador que ignorava os ideais libertários vigentes na Europa em mudança e reproduzia uma radical desigualdade de classe. Segundo Mary Del Priore (1999, *apud* CUSTÓDIO *et al*, 2007, p.31), “enquanto os pequeninos, filhos de senhores e escravos compartilhavam os mesmos espaços privados: a sala e as camarinhas. A partir dos setes anos, os primeiros iam estudar e os segundos trabalhar”.

Porto; Huzak; Azevedo tecem comentário a respeito da condição do trabalho escravo infantil na colheita do café, em 1882:

² RODA DOS EXPOSTOS: No Brasil, a 1ª foi implantada em Salvador em 1726, a 2ª no Rio de Janeiro e a 3ª em Recife, em 1789, na Santa Casa de Misericórdia, portanto, todas no período colonial.

Os pequenos escravos trabalhavam desde os 7 anos. Aos 12, seu preço dobrava, pois já podiam trabalhar mais, e aos 15, eram considerados adultos. Faziam parte dos proprietários da fazenda, como objetos dos senhores. Quando o dono morria, seus familiares os herdavam (PORTO *et al*, 2008, p.13).

Segundo Porto *et al* (2008, p.42), as conseqüências da reprodução apontaram efeitos de longo prazo, pois a dualidade de uma sociedade entre brancos (senhores) e negros (escravos) foi a responsável por inúmeras distorções, que perpetuaram para muito além desse período histórico. Com fim da escravidão, os imigrantes substituíram os africanos na lavoura, em especial nas fazendas de café do interior paulista. No contrato entre colono e fazendeiro, entrava a família toda. As condições de vida eram péssimas, por isso muitas famílias migraram para as cidades e constituíram ali a base do mercado de trabalho para a indústria brasileira, que ensaiava os primeiros passos.

Em 1901, 23% do operariado têxtil paulista eram formados por crianças. Que enfrentavam falta de higiene, trabalho excessivo e até assédio sexual. Com o tempo os trabalhadores urbanos se organizaram para exigir melhores condições de vida. Em 1917, fizeram uma greve geral em São Paulo, liderado pelo comitê popular contra a Exploração de Menores, que exigia o cumprimento da primeira lei, Decreto nº 1.313/1891, de proteção ao trabalho infanto-juvenil, que proibia o trabalho de crianças em máquinas em movimento e na faxina, fixava a idade mínima de 12 anos e a jornada máxima de 7 horas (PORTO, *et al*, 2008, p.42).

Os movimentos dos trabalhadores influenciaram as ações do Estado. Em 1923, o Decreto-lei nº 16.300, fixou a jornada dos menores de 18 anos de idade, em jornada de 6 horas; e com a constituição de 1934 (constituição getulista), a idade mínima foi elevada para 14 anos, trabalho noturno a menores de 16 anos e indústria insalubre a menores de 18 anos. Em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho, ocupa-se da proteção do trabalho do menor de 18 anos de idade em seus artigos 402 a 441 e, finalmente, em 1946, a constituição manteve as idéias da constituição de 1891 e 1934 e proibiu a diferença salarial entre jovens e adultos, o trabalho noturno e em atividades insalubres a menores de 18 anos (PORTO, *et al*, 2008, p.42).

2.2.3 Trabalho Infantil no Brasil Contemporâneo

Atualmente, questão do trabalho infantil na sociedade brasileira tem despertado a atenção de autoridades e estudiosos preocupados com a inserção precoce da criança brasileira no mundo do trabalho, visto que o Brasil, segundo Silva (2000 *apud* MORTARI, 2002, p.104)

é o 3º país em exploração da criança, perdendo apenas para o Haiti e a Guatemala. Onde 16% das crianças brasileiras trabalham em condições desumanas no país afora, nas mais variadas formas de trabalho. Percebem-se diariamente nas áreas metropolitanas, crianças trabalhando como ambulantes em praças, feira e em frente a supermercados, em postos de gasolinas, em cruzamento de ruas de grande tráfego e geralmente em locais de grande concentração humana. Esses pequenos trabalhadores vendem mercadorias de pequeno valor monetário. Contudo, não é apenas nesses locais que o trabalho infantil se desenvolve.

Crianças exercem atividades insalubres em fábricas de sapatos, onde estão em contato com as com as colas tóxicas, ou destroem seus pulmões nas carvoarias e nas olarias; perdem braços, pernas, dedos nos cortes de cana ou espremendo laranjas em máquinas, sem nenhuma proteção. Tudo isso sem registro em carteira, ganhando valores insignificantes. Questões estas, que infringem a Lei 8069/90, que estabelece proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 1º. Esta lei dispõe sobre a proteção da criança e do adolescente. Art.2º. Considera-se, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompleto, e adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade. Art.3º. A criança e o adolescente gozam de direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facilitar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (Lei nº 8.069/90).

No Brasil, estima-se que cerca de 7,7 milhões de crianças e adolescente, entre 5 e 17 anos, estejam atuando em lavouras, carvoarias, olarias, ambientes domésticos e no mercado informal, só os trabalhadores infantis domésticos, com idade inferior a 16 anos, são aproximadamente 400 mil (CORREA; GOMES, 2003, p.8).

Segundo o IBGE (2000), temos 7,5 milhões de crianças e adolescentes trabalhadores, desses, três milhões com idade entre 10 e 14 anos, e 4,4 milhões entre 14 e 17 anos. Isso equivale a 12% da população economicamente ativa no país.

Muitas delas assumem o papel de provedor da família por causa do desemprego dos pais. A prostituição infantil e a exploração por parte do tráfico de drogas são também problemas-chave da situação preocupante da criança e do adolescente no país. É enorme a exploração sexual principalmente nas regiões turísticas do Nordeste e do Sudeste do país, o que atinge sobretudo garotos e garotas pobres, negros e mestiços. Já o tráfico de drogas as crianças e adolescentes são utilizados como intermediários do tráfico, atuando na venda, distribuição entre os traficantes e consumidores.

Em 1994, foi criado o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que articulou e priorizou as ações contra o trabalho infantil, tornando-se o espaço mais adequado para seu debate. Hoje ele congrega representantes de 52 instituições governamentais e não governamentais, seu alcance se desdobra em fóruns estaduais e municipais, presente em todos os estados brasileiros.

2.3.3 Legislação Brasileira de Proteção e Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil Contemporâneo

Correa; Gomes (2003, p.30), discorrem que a pesar da realidade diariamente constata nas ruas do país, o Brasil é líder mundial no combate ao trabalho infantil e serve de referência para países da América Latina, Ásia e África, pela legislação que possui e pela atuação de seus órgãos fiscalizadores.

A Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, pela ênfase aos princípios fundamentais e respeito aos direitos humanos que permeiam seu conteúdo, impõe a proibição expressa de “...trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos” (art. 7º, XXXIII). E prevê ainda, que devem ser garantido à criança e ao adolescente direitos trabalhistas e previdenciários, direito à profissionalização e à capacitação adequada, direito ao acesso à escola e direito a compatibilização da frequência à escola com o trabalho (BRASIL, 1988).

No capítulo VII, art. 227, da mencionada Constituição, dispõe como “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Com a nova Constituição Federal e a Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, crianças e adolescente passaram a dispor de um conjunto de normas protetivas em função de sua condição especial de pessoa em desenvolvimento.

O Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 3º, veio garantir às crianças e adolescente “todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” e, para que

tal medida se tornasse possível estabeleceu a proibição para a realização de trabalhos prejudiciais à formação e ao desenvolvimento moral no art. 67, III.

A partir de 1970, constata-se no Brasil, um crescimento assustador, tanto em atividades urbanas como em processos produtivos penosos e perigosos, chamando a atenção de organizações internacionais e não-governamentais que pressionaram a abertura de discussão sobre o problema. Desde então, o governo passou a criar programas de combate ao trabalho infantil (CORREA *et al*, 2003, p.25).

Em 1992, a Organização Internacional do Trabalho e seus parceiros locais avaliaram e executaram projetos, implantando no Brasil o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) (CORREA *et al*, 2003, p. 25).

De acordo com o relatório Unicef³ (2000) as causas determinantes da oferta da mão-de-obra infantil são: a pobreza (a própria família oferece o trabalho dos filhos muito cedo); a falta de eficiência do sistema educacional brasileiro (a escola é desinteressante para os alunos, com altas taxas de repetência e, conseqüentemente, de evasão escolar); os valores e tradições de nossa sociedade; e o desejo das próprias crianças de trabalhar, seja para o próprio sustento, ou para compor a renda familiar.

O que chamou atenção da comunidade internacional, levando ao desenvolvimento de programas e maneiras de proteger a criança, foi a descoberta de tipos de trabalhos subumanos, como a exploração sexual de crianças e adolescentes confinados em verdadeiros cárceres privado e também em virtude de o Brasil apresentar altas taxas de trabalho de crianças e adolescentes, ficando atrás somente do Paraguai. Em 1998, foi adotada a Declaração da OIT, sobre os Princípios e Direitos e Fundamentais no Trabalho (CORREA *et al*, 2003, p. 26).

A Organização Internacional do Trabalho, criada em 1919 pelo Tratado de Versalhes e que desde 1946 faz parte da Organização das Nações Unidas. A OIT é o organismo responsável pelo controle e emissão de normas referente ao trabalho em todo mundo, determinando as garantias mínimas ao trabalhador.

Desde 2000, o Brasil é signatário de duas convenções internacionais importantes da OIT sobre o trabalho. São as convenções 138 (uma espécie de carta magna sobre o assunto, exigindo do país signatário uma política efetiva para abolir o trabalho infantil) e a 182 (sobre

³ UNICEF: Fundo das Nações para Infância. Mantido por contribuições voluntárias destinadas a financiar as respectivas atividades, como parte de sua renda obtida de organizações públicas e de particulares, através de venda de cartões.

as piores formas de trabalho infantil), resultado da 87ª. Conferência internacional do trabalho, 1999 (PORTO; HUZAK; AZEVEDO, 2008, p.43).

A Convenção nº 138, aprovada em 1973 e ratificada pelo Brasil em 20 de janeiro de 2000. Esta Convenção foi editada com objetivo de concentrar em um único instrumento limites gerais de idade mínima para o trabalho, que pudessem ser adotado pelos países membros da Organização Internacional do Trabalho. Para que tal abrangência fosse possível foram inseridas ordens de normas: as gerais, de aplicabilidade necessárias pelos países que viessem a ratificar a concessão, estabelecendo requisitos e compromissos mínimos que os países pudessem vir assumir; e flexíveis, que se prestassem aplicabilidade à adaptabilidade das realidades locais mediante compromisso de persecução de políticas nacionais que fornecem condições aos países que atingissem os limites propostos pela convenção.

Dentre as normas de aplicabilidade necessária a Convenção nº 138 determina, em seu art. 1º, a todo país-membro o comprometimento uma política nacional de erradicação do trabalho infantil e em elevar progressivamente, a idade mínima de admissão a emprego ou trabalho a nível adequado ao pleno desenvolvimento físico e mental do jovem.

A Convenção nº 182, aprovada em 1999 e ratificada pelo Brasil em 20 de janeiro de 2000. Trata das piores formas de trabalho infantil, que é a principal prioridade de ação nacional e internacional. As piores formas de trabalho infantil abrangem;

- Todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, tais como venda e tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a condição de servo, e o tráfico forçado ou obrigatório, inclusive o recrutamento de crianças, para serem utilizadas em conflitos armados:

- A utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de material pornográfico ou atuações pornográficas;

- A utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular para a produção e o tráfico de entorpecentes, como definidos nos Tratados Internacionais pertinentes;

- O trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que se realiza, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou moral das crianças.

3 A MORTE SILENCIOSA NA INFÂNCIA

3.1 A DINÂMICA DA INFÂNCIA NAS SOCIEDADES SIMPLES E COMPLEXAS

Compreende que o desenvolvimento da sociedade é uma dedução do “medramento” do homem segundo a peculiaridade histórica, nessa percepção a sociedade passou por estágio em diferente posição, visto que, através dessa posição podemos adentrar na sociedade simples salientando a dinâmica da mesma para necessidade básica de sobrevivência com evidência na cultura, inserida no conhecimento da crença, arte, moral, costume e toda capacidade e hábitos concebidos pelo homem como ator da sociedade.

Ressalta-se nessa sociedade que a relação social está vinculada ao laço de parentesco, no qual se perpetua por geração. Nesta conjuntura observa-se na castra o domínio do poder do adulto sobre a criança, visto que a escolha do esposo ou esposa internaliza o compromisso da relação matrimonial, nessa perspectiva a sociedade primitiva atribuía a fase da infância para adquirir status social com benefício econômico.

Medrando o contexto da sociedade complexa o início da era industrial, a infância miserável agregada nas cidades européias apresenta em grande índice, na qual, as crianças, mesmo na mais delicada idade encontravam-se nas minas, nas fabricas, visto que as jornadas de trabalho eram de longas e precárias condições para os mesmos.

Constata-se nessa sociedade a infância burguesa em evidência pela dinâmica e as regalias que as crianças possuíam, a segregação da fase da infância estar pautada pela divisão de classe social. A vertente infância na classe dominante sempre apresentou elevado compromisso pelo requisito que os mesmos propuseram aos seus filhos de ser educados nas melhores instituições educacionais, na qual preservaria a posição de sua classe, enquanto que na classe popular a criança já estava inserida no mercado de trabalho. As punições, como chicoteadas eram bastante comuns, mas não designava regras.

Instigam-se no contexto histórico fatos que possam comprovar essa dinâmica através de Freyre (1987 *apud* GUERRA, 2001, p.78)

(...) “logo que a criança branca deixa o berço... dão-lhe um escravo do seu sexo e da sua idade, pouco mais ou menos camarada, ou antes, para seus brinquedos. Crescem juntos e o escravo torna-se um objeto sobre o qual o menino exerce os seus caprichos empregam-no em tudo e além disso incorre sempre em censura e em punição” (...).

Essa relação criou uma dicotomia sobre a infância entre classe social segregando a mesma de medrar sua posição de cidadão agregando o direito garantido por lei que pauta-se no tripé: proteção, a provisão e a participação.

3.2 CAUSAS INTERRUPTÃO DA INFÂNCIA COM RELAÇÃO AO TRABALHO INFANTIL

O trabalho infantil perpassa por uma organização manufatureira agregando nesse sistema doméstico a utilização infantil como mão-de-obra barata, e nas condições insalubres de trabalho, visto que o trabalho medra uma cultura associada às relações de poder, e através do mesmo a própria cultura cria a desigualdade que adentra na sociedade, pois nessa organização e todo o comportamento coletivo permite observar forma diferente em cada cultura.

Constata-se na conjuntura da Revolução Industrial, uma alteração na dinâmica do trabalho, visto que da zona rural para a cidade a precárias condições que se tomam principalmente, como foco maior dessa investigação, a criança trabalhava e recebia salário ainda menor para uma jornada de trabalho desumano, e o próprio avanço da tecnologia fez com que as crianças tivessem uma integração mais acirrada nesse mundo do trabalho e outro agravante era dominação psicológica, que exerciam sobre os mesmos, no qual o alojamento e a alimentação poderiam converter no próprio salário.

O olhar observador da modernidade, o avanço do trabalho infantil norteou os tipos do mesmo, como por exemplo: o trabalho escravo, na qual as crianças que antes trabalhavam apenas nas pequenas produções familiar, sob a proteção de seus responsáveis, foram estimuladas a participar do orçamento doméstico, inserindo sua mão-de-obra nas grandes propriedades, desprotegidos e sujeitos às precárias relações de trabalho. Outra questão desse trabalho está vinculada à comercialização sexual dessas crianças, que em troca ganham balas ou brinquedos. No trabalho de rua identifica essa criança como pivete, trombadinha e aviãozinho. A marginalidade que a própria sociedade oferece para esse ser humano que muitas vezes são induzidos por familiares a trabalhar na rua, sujeito a risco de vulnerabilidade social, agregada ao paradigma do trabalho infantil. Nesse aspecto anotamos um parecer da antropóloga Alba Zaluar, no qual se descreve a trajetória das notificações do trabalho infantil associada à violência.

“A violência não surge na história dos homens com a exploração, a dominação ou a miséria que conhecemos nas sociedades modernas. A violência não surge na história, sempre esteve dentro dos homens. Em todas as sociedades, em todas as épocas em todos os recantos do mundo. Existem manifestações da agressividade potencial dos homens contra seus semelhantes” (Zaluar, 1996, p.9).

Nessa perspectiva o trabalho infantil é uma violência na fase da infância, pela interrupção com que seus semelhantes agiram sobre a criança em fase da construção cognitiva e social, ou seja, simplificando o estágio de desenvolvimento da mesma. Diante do exposto, o trabalho infantil é a problemática do desaparecimento da infância e cria uma dicotomia em relação ao conceito do trabalho e infância no que tange a criança.

Compreender que o trabalho é uma mercadoria, e que nessa concepção existe uma variedade sobre a forma como é direcionada ao trabalhador. Nessa complexidade deparamos como o trabalho de criança tem impacto negativo, visto que o ingresso prematuro no mercado de trabalho torna prejuízo significativo para a criança, comprometendo o seu desenvolvimento. Segundo o filósofo Rousseau (apud. Freitag, 1994, p.35).

“no decorrer de sua vida o homem sofre duas influências negativas, a da sociedade, de origem externa, e a de suas pulsões de origem interna, que ofuscam a sua percepção do mundo e deturpam suas ações. Para que ele seja capaz de discernir entre o certo e o errado, o bem e o mal, o justo e injusto, o homem precisa educar sua inteligência, aprimorá-la, a fim de que esta lhe forneça os critérios adequados de avaliação e julgamento” (p. 35).

Identificamos que, além do fragmento e trauma a criança não possui a liberdade de aprender pois na infância o “Deixar as crianças agirem“ faz parte de seu desenvolvimento seja intelectual, social e cultural, nessa perspectiva instigamos em ressaltar a pedagogia como o alicerce dessa formação.

Constata-se nessa temática o olhar efêmero da construção pedagógica sobre a criança que está direcionada ao comando do adulto, visto que a exposição do mesmo no trabalho, desvincula-o do paradigma pedagógico, anula todas as experiências das habilidades que nesta fase é trabalhada, causando seqüelas irreparáveis no cognitivo que não permitiu usar liberdade para criar a lógica do raciocínio, a percepção dos sentidos e a própria coordenação motora no discernimento do agir.

Medrar uma análise sistemática no campo da educação é enfatizar a importância da escola como uma instituição social determinante na formação do indivíduo. Diante dessa perspectiva, direcionamos a fragmentação da criança na problemática do trabalho infantil, no qual o processo educativo é de longo prazo, e nessa segregação a tendência é cada vez mais alarmante, com expressivo índice de criança atropelando o alicerce para seu desenvolvimento.

Entende-se que a escola é o lugar onde a intervenção pedagógica intencional desencadeia o processo ensino-aprendizagem, no qual esse panorama viabiliza

questionamento pautado sob a citação de Marx (1977b) enfatizado a educação no potencial de sua modificação:

”A proibição geral do trabalho infantil é incompatível com a existência da grande indústria e portanto um piedoso desejo, porém nada mais. Pôr em prática esta proibição –supondo a factível– seria reacionário, uma vez que regulamentada severamente a jornada de trabalho segundo as diferentes idades e aplicando as demais medidas preventivas para a proteção das crianças, a combinação do trabalho produtivo com o ensino desde uma tenra idade, é um dos mais poderosos meios de transformação da sociedade atual”(apud.CURY, 1979, p.74).

Nesse contexto, o cuidado torna-se complexo por tratar-se de relações sociais embutidas ao novo paradigma que apesar de ter garantia por lei, apresenta fragmentações de análise sobre a essência da infância no pilar da sociabilidade moderna, visto que as próprias contradições são entraves para segregação no que tange educação como mediador dessa transformação no costume, no poder adulto e ao próprio sistema de trabalho, ou seja, dinamizar essas relações sociais na tarefa educativa para contribuição do desenvolvimento na infância.

Para compreender o trabalho infantil no Brasil, além de analisar os aspectos históricos é preciso fazer uma incursão sobre os principais fatores determinantes deste processo. Pois, as causas do trabalho infantil são extremamente complexas. Essa complexidade acirra-se cada vez mais quando se trata de uma sociedade urbano-industrial, em que o trabalho da criança brasileira, aparece como um fenômeno social constituído de várias particularidades. Sendo necessário para o seu entendimento à conjugação de uma generalidade de aspectos que, de acordo com suas combinações, resultam no ingresso significativo do contingente infantil em idade inadequada no mundo do trabalho.

O conjunto evidente de causas faz com que esse fenômeno social ganhe cada vez mais expressividade no cenário mundial, nacional e local estão encentrados nos aspectos qualitativos que comumente são enfocadas na literatura sobre o trabalho infantil, envolvendo características de cunho econômico, educacional, familiar e cultural.

Embora o conceito de pobreza seja muito amplo e variado. Um elemento comum que a caracteriza é a impossibilidade ou a dificuldade de acesso aos bens, serviços, direitos básicos da pessoa em um determinado contexto histórico pode ser compreendida como reflexo e resultado de políticas econômicas e sociais que geram e reproduzem as condições de desigualdade social concentrando a riqueza nos estratos mais elevados da população. Em uma sociedade de capitalismo concentrado, é o desejo do lucro que mobiliza as forças produtivas, não se importando com as conseqüências humanas e ambientais que possam gerar.

Neste contexto, o significado do trabalhador infantil passa a ser uma mera mercadoria, no mercado de troca financeira. Nesta perspectiva, o trabalho infantil está intrinsecamente ligado a esse processo, sendo ao mesmo tempo causa e resultado, provocando um quadro social em que são impulsionados crianças e adolescentes a trabalhar desde muito cedo, porquanto o motivo que os instiga à vida laborativa é a possibilidade de aliviar a miséria e a satisfação, mesmo que momentânea, das suas necessidades básicas. A ânsia muitas vezes de matar a fome, supera qualquer limite. Em países emergentes como o Brasil, não é difícil perceber que uma das causas fundamentais do trabalho infantil está atrelada à condição de pobreza de parcela da população, combinada com um conjunto de outros motivos de ordem cultural e política.

Sem dúvida, não é o desejo de trabalhar que se submetem crianças e adolescentes à exploração, pois seu custo é elevado no imaginário infanto-juvenil, pois impossibilita o desejo de brincar e ir à escola, oportunidades de grande valor para o universo infanto-juvenil. É a precariedade econômica e a luta pela sobrevivência que tem maior força na tomada de decisão. Enfim, sem dúvida a condição de pobreza é a causa fundamental (COLARES e PAIVA, 2007 *apud* CUSTÓDIO; VERONESE, 2007, p.86).

O labor desses trabalhadores infantis apresenta-se para as famílias empobrecidas como forma de geração de renda. E como esta mão-de-obra é precocemente explorada não terá como formar-se, desenvolver-se, capacitar-se, acaba por dar continuidade à miséria e à impossibilidade fática de fugir dela.

As constantes tentativas de alívio da situação de pobreza deixam às famílias o recurso do trabalho de seus filhos como uma das estratégias de sobrevivência, já que a mobilização de todos os recursos disponíveis é o único caminho numa sociedade carente de políticas públicas de amparo social.

Na relação trabalho infantil e escolarização, no meio rural, constituem-se um fato similar, o trabalho de crianças representa um trabalhador cuja remuneração é baixíssima, considerando que a própria remuneração do trabalhador adulto não possibilita a dispensa da mão-de-obra de seus filhos.

Na conjugação de valores entre o ingresso das crianças e adolescente na escola ou no trabalho, este último tende a prevalecer, porque responde a uma necessidade inadiável para o contexto familiar em questão, provocando com isso a exclusão destes trabalhadores da escola. Assim, quanto mais carente de recursos essenciais básicos nas unidades rurais e urbanas, maior será a inserção precoce desses trabalhadores infantis no mundo do trabalho, e por conseguinte, maior será probabilidade de evadirem-se da escola.

Sendo assim, o trabalho infantil encontra aliado importante na sua manutenção, legitimação e reprodução, ou seja, como uma mão-de-obra barata, justificada pelo baixo nível de especialização que se apresenta e por seu tratamento como renda complementar ao trabalho adulto, o que apresenta um atrativo importante para empresas em época de crise quando estas recorrem a todas as formas possíveis de precarização do trabalho com objetivo de subsistir e manter-se integrada à competitividade do mercado globalizado.

Embora os fatores econômicos apresentem-se como os principais determinantes do ingresso precoce da criança no mercado de trabalho, como já foram aludidos, não se podem desconsiderar o significado cultural e tradicional do trabalho no imaginário familiar, seja com o aspecto educativo ou moralizador. Em virtude de que esse conceito moralizador do trabalho precoce não se presta a todas as classes sociais e sim só as de baixo poder aquisitivo.

Nesse sentido, Custódio; Veronese (*apud* COLARES e PAIVA, 2007, p.92), apontam que, esses autores questionam: “se é verdade que o trabalho fortalece o caráter, por que apenas aos mais pobres é oferecida essa tão importante contribuição à edificação moral”.

Além dos fatores acima mencionados, destaca-se ainda um fator em expansão e que atrai centenas de trabalhadores mirins para o universo do trabalho, que é a informalidade. A ampliação significativa dos espaços da informalidade no Brasil tem provocado à incorporação significativa de crianças e adolescentes no mundo do trabalho, uma vez que esse campo, escapa em grande parte, do sistema de controle e fiscalização do Estado.

As múltiplas causas que instigam crianças e adolescente à prática prematura ao trabalho infantil, tendem a provocar uma série de deficiência no desenvolvimento e saúde dos mesmos em todos os níveis, resultados das péssimas condições de vida em que vivem e por estarem subjugados, na maioria das vezes, em ambientes de trabalho nocivos às suas condições de vida enquanto pessoa em desenvolvimento, como: as árduas condições climáticas e delinqüência de todos os gêneros. Sem contar que o trabalho infantil provoca um nível elevado de cansaço incompatível com a capacidade de resistência da criança, que nessa tenra idade é limitada. Os agravos da exploração do trabalho infantil comprometem a infância, circunstancia constrangimentos múltiplos, gerando alienações múltiplas. As crianças não se vêem como criança, porque elas não vivenciam a infância, não brincam, não interagem no mundo das brincadeiras. É, no mundo das brincadeiras e no faz de contas que as crianças desenvolvem suas criatividades, suas habilidades e crescem com dignidade e cidadania. Cidadania não apenas no atendimento de suas necessidades básicas, mas no atendimento pleno de toda a sua existência.

O dilema e o impasse de ser criança e adulto ao mesmo tempo, o fato de ser criança empobrecida e de ter que trabalhar prematuramente, de não dispor de tempo para a prática da ludicidade, é que a transforma em criança adultizada, pseudamente envelhecida, isso vai matando paulatinamente, um direito que é inerente à criança: a infância. Em virtude de que, o trabalho lhe tira todas as possibilidades de vivenciar essa passagem da vida, que lhe é negada por conta das condições de pobreza em que vivem. Apaga uma fase preciosa da vida que o tempo não traz de volta. Mas deixa marcas indeléveis que se arrastarão para o resto de suas vidas.

4 REALIDADE DO TRABALHO INFANTIL EM MACAPÁ

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES INFANTIS QUE SE CONCENTRAM NO COMPLEXO DA PRAÇA BEIRA RIO

A característica marcante dos trabalhadores infantis da Praça Beira Rio em Macapá é a de vendedor ambulante, ou seja, eles estão inseridos no mundo do trabalho informal. Nos dias atuais é corriqueiro perceber pelas ruas e lugares de constante aglomeração humana, a presença de crianças e adolescentes comercializando algum produto, como por exemplo: amendoim, flores, bombons e muitos outros produtos.

Esta modalidade de trabalho, em Macapá, vem acontecendo dentro do crescente contingente de trabalhadores para os quais o trabalho é um instrumento de sobrevivência e não de ascensão social.

Novais (1996, p.35) assevera que “a criança que na rua desenvolve trabalho elenca sua ocupação de acordo com as condições que o meio fornece, no espaço urbano”. A autora ressalta que, os anos 80 marcaram o reconhecimento por parte da sociedade de que a presença em massa de crianças na rua reflete os resultados de uma política social excludente.

A ocupação informal tem concentrado parcela da população adulta e inclusive meninos e meninas de famílias pauperizadas, que fazem do espaço público, seu espaço de trabalho, um espaço de comércio ambulante onde exercem as mais diversas atividades. E, assim como o adulto, a criança também sofre pressão para sair dos locais, pois, sua presença se configura uma ameaça para todos, principalmente, para os comerciantes formalizados desses locais de trabalho.

A Vara da Infância e da Juventude em Macapá informa que embora venha atuando de forma incisiva no combate a exploração do trabalho infantil, assim como, com a implementação de programas sociais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, programa Bolsa Família, dentre outros programas do governo federal que já estão inseridos neste, os quais ajudam, porém, não suficientes para extirpar o quadro atual de trabalhadores infantis em que se encontra em expansão na sociedade macapaense.

Macapá possui cerca de 700 famílias cadastradas no PETI, segundo informações da Delegacia Regional do Trabalho, cada criança recebe uma bolsa de R\$ 25, 00 da área urbana e da área rural R\$ 40,00. Ao todo, são mais de mil crianças com a idade entre 7 a 15 anos que são beneficiadas pelo programa. Mesmo assim, muitas delas continuam trabalhando.

Há uma diferença de sexo no contingente de trabalhadores infantis, meninos trabalham mais proporcionalmente, no trabalho informal do que meninas, na sociedade macapaense. Os coordenadores do PETI informam que essa realidade se comprova também na zona rural. A Delegacia Regional do Trabalho (DRT-AP), informa que a mão de obra infantil na zona rural é ainda maior que da zona urbana, não se distanciando da realidade brasileira. Os casos mais freqüentes são na faixa etária de 7 a 15 anos. Os trabalhadores infantis estão engajados na agricultura, no trabalho doméstico, na extração do açaí, na pesca artesanal, na carvoaria, na extração do cipó titica e no extrativismo. Dentre os indicadores, Serra do Navio apresenta o pior índice.

De acordo a pesquisa de campo realizada com os trabalhadores infantis do complexo da Praça Beira Rio, constatou-se que a inserção da criança macapaense no universo do trabalho infantil, se faz na maioria das vezes, de modo informal, comercializando produtos produzidos pelas próprias mães, irmãs ou comprando os produtos já prontos como é o caso do trabalhador infantil que vende bombons, de engraxate, do florista etc, assim como também o flanelinha que utiliza para seus serviços, a água, a flanelinha e a cera para dar o acabamento final a seu trabalho.

Os dados aqui expostos, mensurados e analisados, são resultados de um levantamento de dados realizado durante os meses de junho a julho de 2010, por meio de uma pesquisa de campo, utilizando-se para a tal, a técnica da aplicação de formulários e entrevista não diretiva. O universo da pesquisa foi constituído dos trabalhadores infantis com idade entre 05 a 12 anos, que desenvolvem suas atividades laborativas no complexo da Praça Beira Rio. A amostra foi composta de 30 (trinta) trabalhadores infantis através do processo de amostragem aleatória.

Os gráficos: 01 a 05 constitui-se na identificação dos informantes, centrando-se nas variáveis: sexo, cor, idade, cidade de origem, bairro onde moram.

Pautado nessas informações, agrega-se o perfil do trabalhador infantil do complexo da Praça Beira Rio, constituindo-se em uma pesquisa exploratória do fenômeno social em questão no município de Macapá., em que se apresentam com características peculiares.

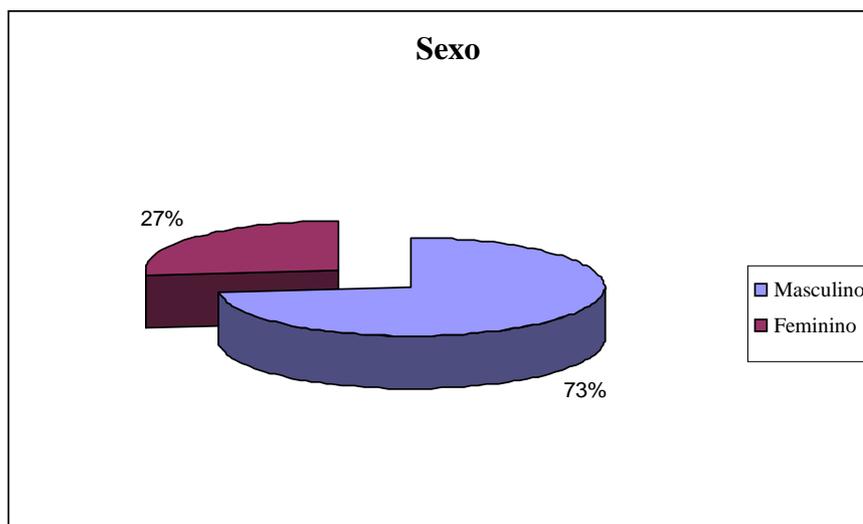
A visualização do gráfico 01 abaixo, demonstra que 27% dos informantes, são do sexo feminino e 73% são do sexo masculino. Percebe-se que a heterogeneidade é uma característica do trabalho infantil da Praça Beira Rio, e que estes, estão inseridos no mundo da informalidade. A variação deriva de aspectos com relação a sexo e localização espacial.

Figura 01: Vendedor de amendoim.



Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

GRÁFICO 01: Numero de entrevistados e o Sexo

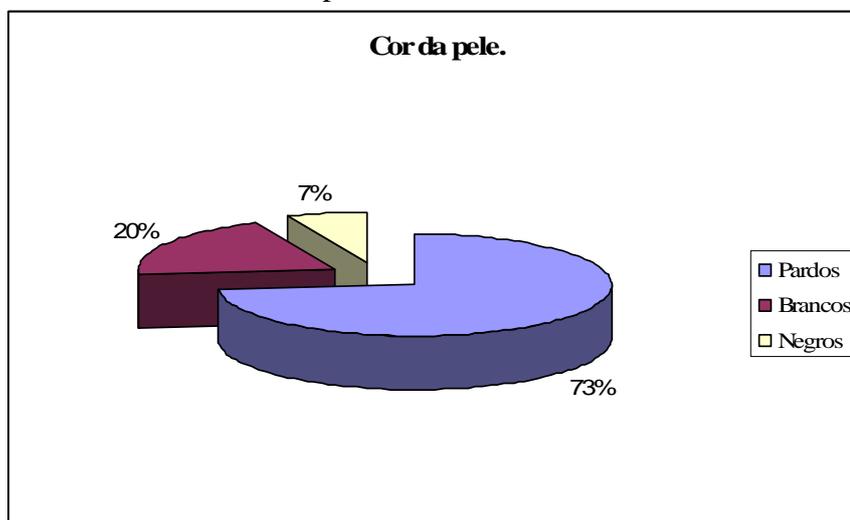


Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

No gráfico 02 abaixo, observa-se que existe uma preponderância com relação aos trabalhadores de cor parda, perfazendo 73% dos informantes, enquanto que o trabalhador de cor branca, corresponde a 20% e os trabalhadores de cor negra, representam o menor percentual, apenas 7% dos informantes. Ressalta-se que prevalência da cor parda se sobressai, em virtude de que, esses trabalhadores vivem numa constante transitoriedade naquele local de

trabalho, comercializando de um lado para outro, seus produtos. Eles estão expostos à chuva, ao sol e a alta temperatura, em média de 32° centígrados.

GRÁFICO 02: Cor da pele.



Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

Quem observa de perto aqueles meninos e meninas, percebe que a pele deles, já está curtida do sol, devido ao fato de ser uma atividade diária do seu cotidiano. Fato este, que é evidentemente prejudicial à saúde daqueles operários infantis, visto que os mesmos não utilizam nenhuma proteção contra os raios ultravioletas, por conta disso poderão ser acometidos de um algum problema de saúde, comprometendo, conseqüentemente, a vida adulta daqueles trabalhadores infanto-juvenis.

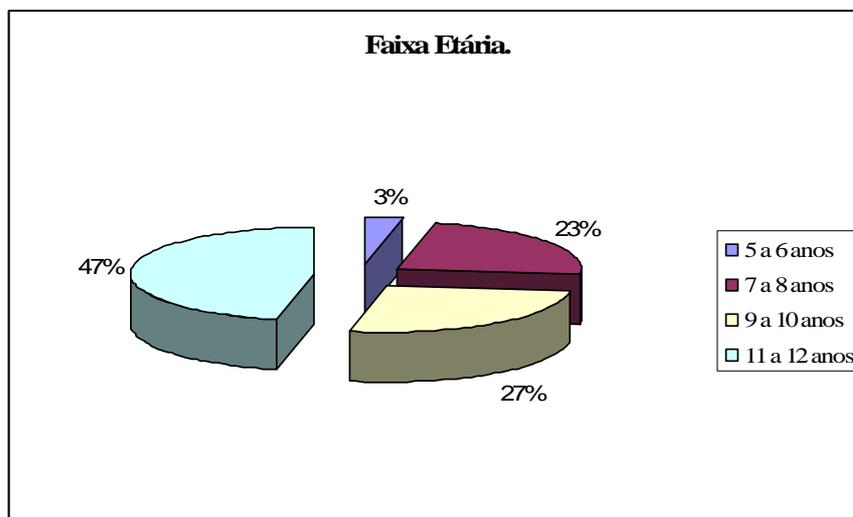
Devido à alta temperatura que os trabalhadores estão expostos, diariamente, esse contingente infantil, se traja de roupas leves: camiseta regata, short e sandálias havaianas.

No gráfico 03 abaixo, observa-se que a idade dos trabalhadores infantil varia entre 05 a 12 anos. Com destaque para idade entre 11 a 12 anos que corresponde 47%, representando maior percentual, seguido da idade entre 09 a 10 anos que equivale a 27%, a faixa etária de 7 a 8 anos, representa 23% e, o menor índice para os trabalhadores infantis na idade entre 5 a 6 anos, que se atribui um demonstrativo de 3%.

Percebe-se que há uma concentração maior na idade entre 11 a 12 anos, ou seja, pequenos trabalhadores que ainda estão na fase de criança. Segundo a Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), em seu art.2º “considera-se criança, para os efeitos da

lei, a pessoa até 12 anos de idade incompletos”, para os quais o trabalho é também terminantemente proibido, conforme a referida lei, em seu art.60,“é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”

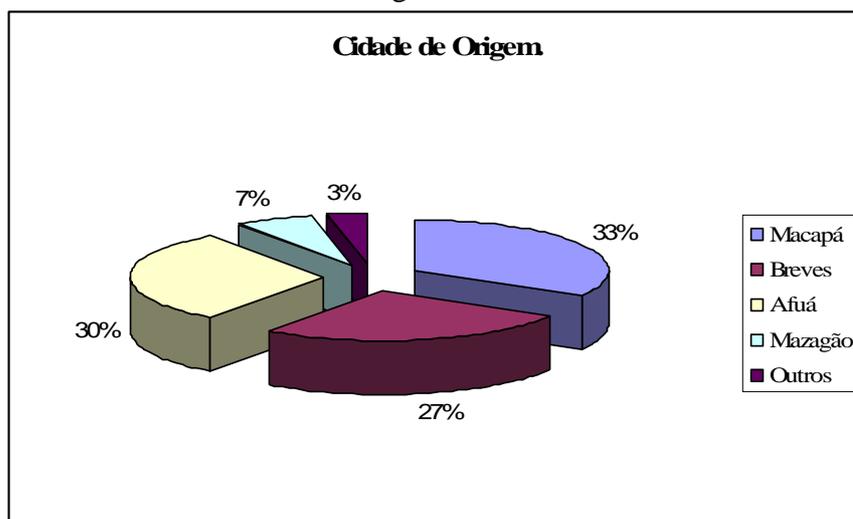
GRÁFICO 03: Idade.



Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

Perante as leis brasileira e internacional, a inserção da criança nessa faixa etária, representa violação aos direitos da criança e do adolescente.

GRÁFICO 04: Cidade de Origem



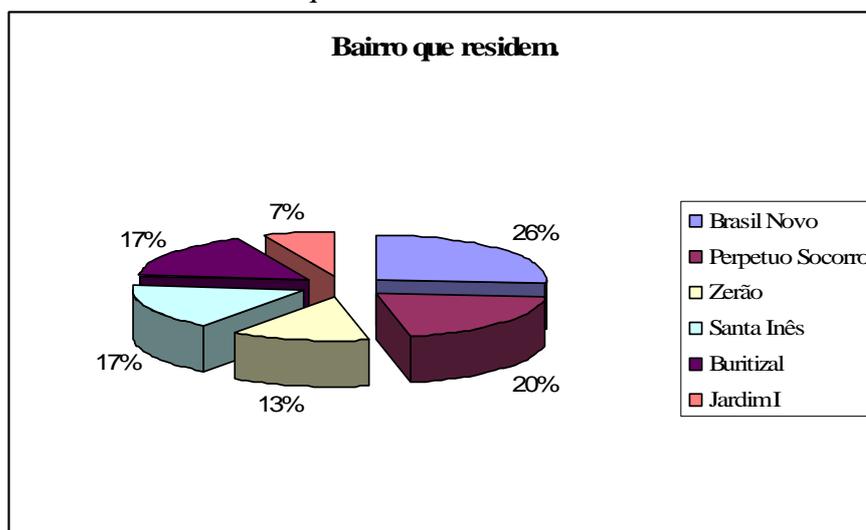
Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

O gráfico 04 acima, verifica-se que 33% dos informantes são de Macapá, seguido dos trabalhadores do município de Afuá que correspondem a 30%. A representatividade percentual de 27% refere-se ao município de Breves, 7% correspondem aos trabalhadores de Mazagão e o quantitativo de menor percentual de 3% equivale aos trabalhadores de outras localidades.. Constata-se que a maioria dos informantes são trabalhadores infantis oriundos dos municípios do vizinho Estado do Pará, que corresponde a 57%, imperando sobre a representatividade dos trabalhadores de Macapá.

De acordo com essa comparação, confirma-se que dentre um dos fatores que contribui para a inserção de crianças e adolescentes ao mundo do trabalho precoce, é o crescimento do contingente populacional nos últimos anos no Estado.

Conforme o IBGE (2000), em decorrência da instalação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) houve um fluxo de processo migratório de contingente humano, principalmente para os dois principais municípios do Estado, Macapá por ser a capital do Estado e Santana por ser uma zona portuária. Com aumento desenfreado dessa migração, acompanha, proporcionalmente, os problemas sociais, dentre eles, a exploração do trabalho infantil.

GRÁFICO 05: Bairro que residem.



Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

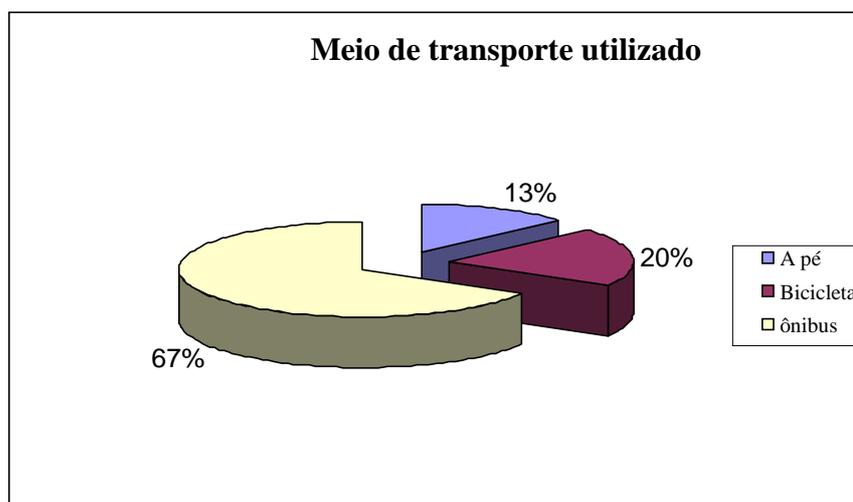
No gráfico 05 acima, os dados coletados mostram que 26% são residentes do Brasil Novo, em seguida com 20% estão os moradores do Perpétuo Socorro e respectivamente, os bairros Buritizal e Santa Inês com 17% cada um, seguindo de 13%,

residem no bairro Zerão e 7% informaram que moram em uma invasão, loteamento São José, dentro do Bairro Jardim I.

Na análise comparativa o Bairro que mais se destacou foi o Brasil Novo tendo maior representatividade, superando o Perpétuo Socorro, apesar de estar localizado nas proximidades da Beira Rio, e possuir uma ostensiva desigualdade social, ficou em segundo. Porém, a zona sul apresentou um número maior de moradores.

Através dos dados acima expostos, podemos concluir ainda que os migrantes que aqui chegam, vão alocar suas moradias nos bairros que recentemente foram criados e afastados do centro da cidade ou aglomeram-se em bairros desordenados próximos ao centro urbano (caso do Perpétuo Socorro). Como parte dos trabalhadores infantis, representa um quantitativo significativo de pessoas oriundas dos municípios do Estado Pará, justifica-se o porquê de morarem, grande parte deles, bem distante da Praça Beira Rio.

GRÁFICO 06: Meio de transporte utilizado para o trabalho e escola.



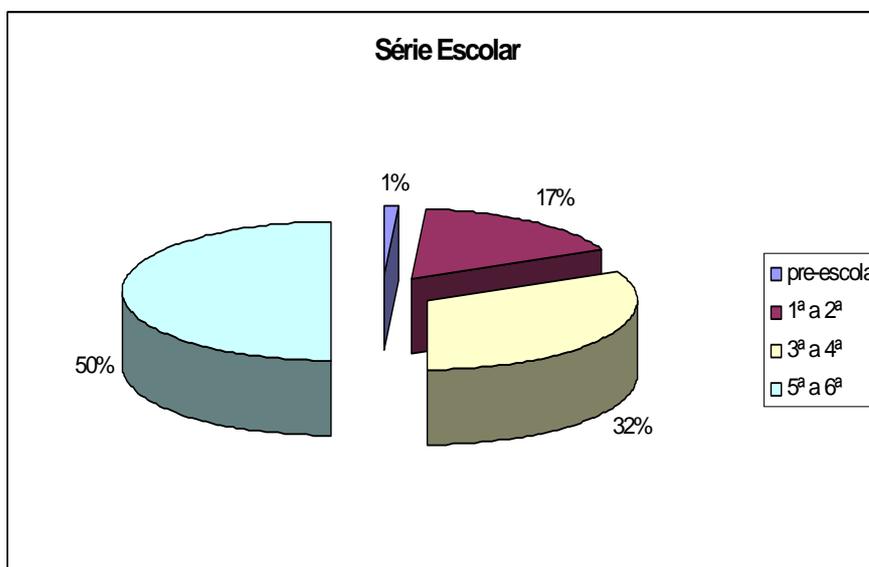
Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

No gráfico 06, ilustra que 67% dos trabalhadores infantis por residirem nos bairros afastados do centro da cidade, utilizam como meio de transporte os ônibus coletivos para se deslocarem à escola e ao trabalho. Entretanto, 20% desses entrevistados utilizam como meio de transporte, a bicicleta, enquanto que 13% desses trabalhadores, não utilizam nenhum desses transportes, ou seja, vão a pé à escola e ao trabalho.

O fato de alguns trabalhadores não utilizarem transporte é em virtude de residirem em bairros em que a escola fica próxima de suas residências, assim como o local de trabalho, no caso a Praça Beira Rio que fica adjacente aos bairros Perpétuo Socorro e Santa Inês.

Conforme o apêndice nº 01 em anexo, constata-se que 67% dos entrevistados possuem carteira de passe escolar e 33% dos trabalhadores não possuem a carteira de meia passagem estudantil.

GRÁFICO 07: Série Escolar.



Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

No art. 205 da Constituição Federal (1988), a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para trabalho.

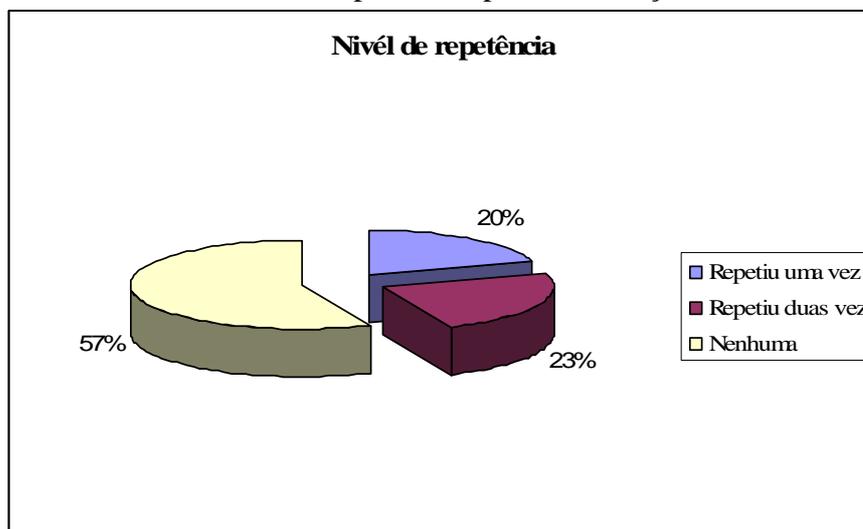
Sendo assim, a educação faz parte dos direitos sociais e não pode ser negada a nenhum ser humano. O Gráfico 07 demonstra o quantitativo dos trabalhadores infantis engajados rede de ensino e suas respectivas séries, indicando que 50% dos entrevistados, correspondem ao maior percentual e estão inseridos na 5ª a 6ª série do ensino fundamental, 32% estão matriculados entre as 3ª e 4ª séries, e representando o percentual 17%, estão inseridos entre as séries iniciais do ensino fundamental, ou seja, 1ª e 2ª série e apenas 1% estão regularmente matriculados na pré-escola.

Ressalta-se que 100% das crianças que participaram da amostragem da pesquisa de campo, estão freqüentando regularmente a escola, conforme depoimento das referidas crianças.

O gráfico 08 abaixo aponta o nível de repetência dos trabalhadores infantis do complexo da Praça Beira Rio, no qual 57 %, não repetiram nenhuma vez após ter começado a trabalhar, o que significa um ponto positivo, embora, o trabalho represente para a idade desses

meninos e meninas, um esforço árduo, devido a sua compleição física que ainda está em processo de formação, percebe-se que esses trabalhadores estão conseguindo conciliar o estudo com o trabalho.

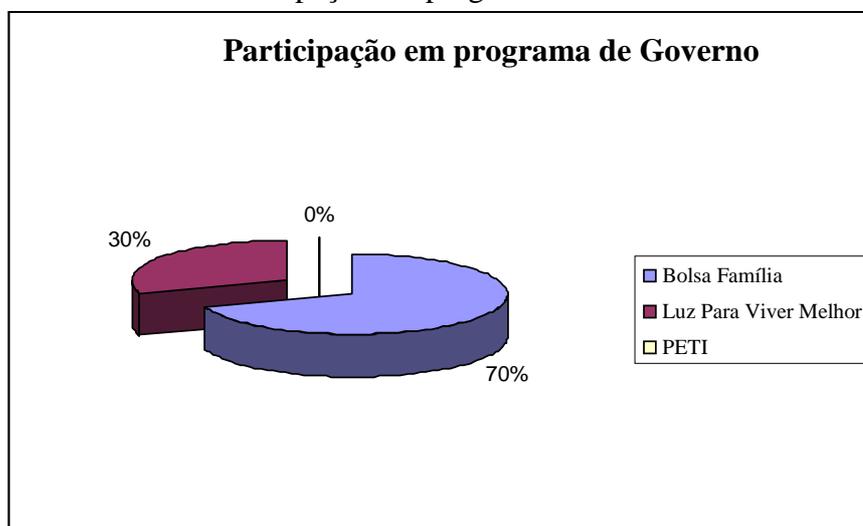
GRÁFICO 08: Nível de repetência após ter começado a trabalhar.



Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

Porém, essa realidade não se confirma para todas as crianças trabalhadoras da amostra da pesquisa, visto que 23% delas, repetiram duas vezes e 20% repetiram uma vez, isto significa que o trabalho está interferindo no processo de aprendizagem dos pequenos trabalhadores. Ao visualizar o gráfico 08 acima, percebe-se a diferença do percentual entre os que não repetiram nenhuma vez e os que já repetiram é bem pequeno. Portanto, o trabalho está interferindo no seu desenvolvimento cognitivo dessas crianças.

GRÁFICO 09: Participação em programa de Governo.



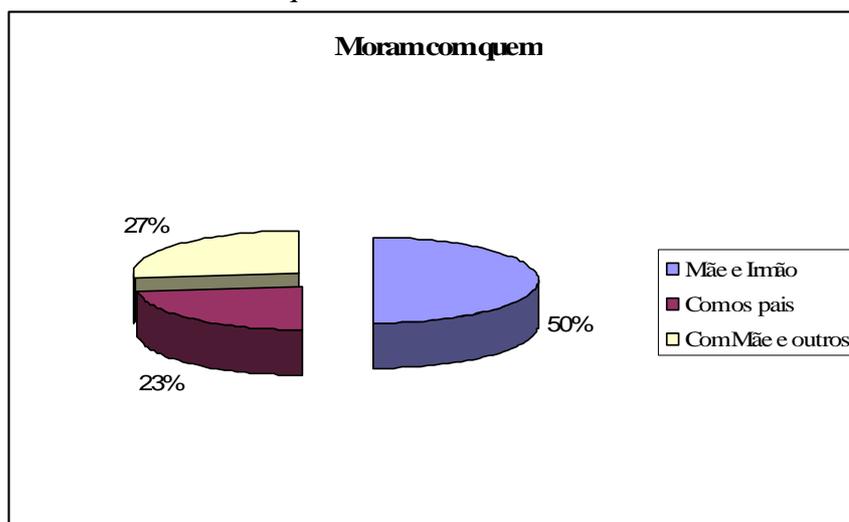
Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

Confirma-se através do gráfico 09, que 70% dos trabalhadores infantis, estão participando do programa Bolsa Família, e que 30% juntamente com seus familiares usufruem do programa Luz Para Viver Melhor do governo Estadual.

Ressalta-se que programa Bolsa Família, está surtindo efeito positivo entre as crianças, objeto da pesquisa em questão, em virtude de que 100% delas, estão efetivamente engajados na rede escolar de ensino, porque em contrapartida, exige-se para se manter no programa Bolsa Família, que a criança esteja freqüentando regularmente a escola.

Por outro lado, os dados levantados pela pesquisa não confirmaram nenhuma criança trabalhadora inserida no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), já que este programa tem como principal objetivo a erradicação do trabalho infantil e a inserção social da criança trabalhadora. Ademais que, 34% delas, já estão trabalhando na Praça Beira Rio há 3 anos, conforme se pode constatar no apêndice 04, em anexo.

GRÁFICO 10: Com quem moram



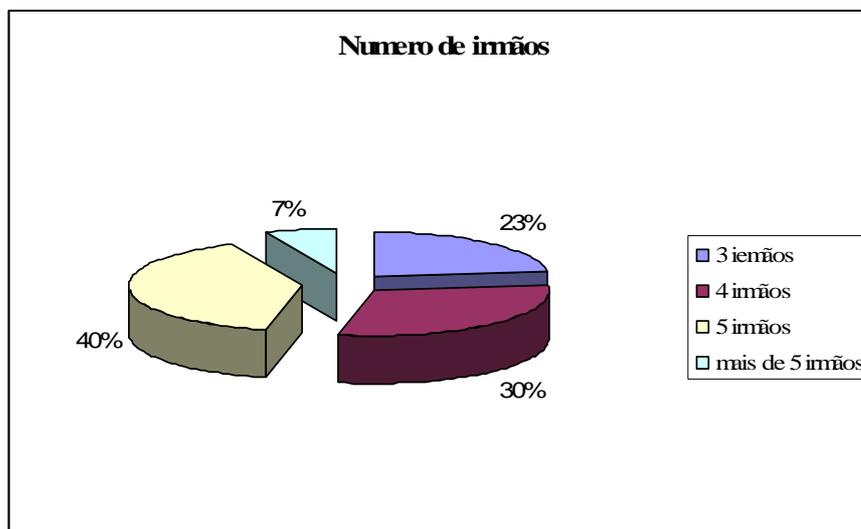
Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

O gráfico 10 mostra que 50% dos trabalhadores infantis moram com a mãe e os outros irmãos. Nessas famílias, o sustento da casa fica sob responsabilidade da mãe. O quantitativo de 27% mora com a mãe e outros, pois dividem o teto com outras pessoas, porque a família não tem casa própria e o percentual de 23% moram com os seus pais.

O gráfico 11 abaixo demonstra que a composição das famílias é consideravelmente numerosa, levando-se em consideração o baixo poder aquisitivo que possuem e que a responsabilidade de manutenção da maioria das famílias recai sobre a mãe,

conforme se pode visualizar através do gráfico 12 abaixo, em que 44% da renda familiar recai às expensas da mãe. Observa que embora a composição e a organização das famílias apresentem estrutura e organização próprias.

GRÁFICO 11: Numero de Irmãos.



Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

As tensões e incertezas acentuadas pela situação de pobreza geram conflitos e dificuldades específicas. O abandono do núcleo familiar de um dos pais provoca situações em que se torna socorrer-se da mão-de-obra de todos os filhos. Através deste gráfico detecta-se que 40% das famílias são constituídas por cinco (5) crianças, 30% das famílias são constituídas por quatro (4) crianças, 23% apresentam a composição de três (3) crianças. As demais, correspondendo a 7%, é ainda mais preocupante, a composição das famílias é constituída de mais de cinco (5) crianças. Com base nesses dados, percebe-se a ausência de políticas de planejamento familiar por parte do poder público, junto às famílias de baixa renda.

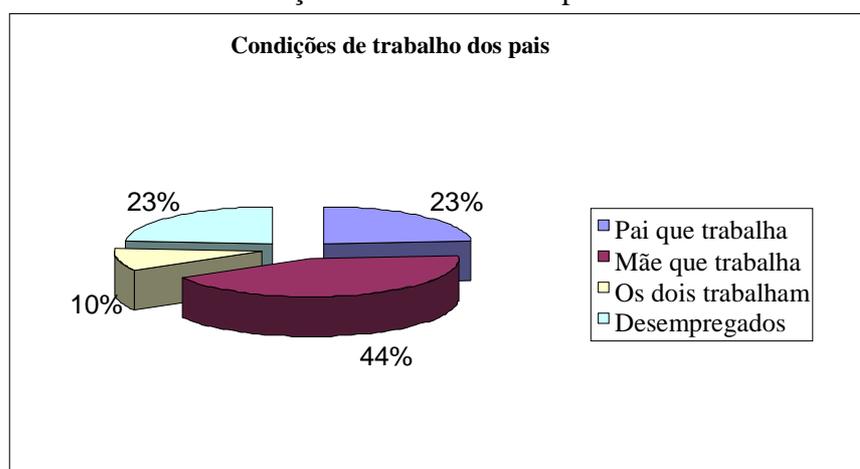
4.2 CAUSAS QUE IMPULSIONAM MENINOS E MENINAS À PRÁTICA DO TRABALHO INFANTIL

Por meio da exposição do gráfico 12 abaixo, verifica-se que em 44% das famílias, são as mães que trabalham para prover o sustento familiar, 23% das famílias, só o pai

trabalha, e, em igualdade percentuais, 23% das famílias os dois trabalham. E um percentual correspondendo a 10%, são os pais que estão desempregados.

Conforme o apêndice 02 em anexo, verifica-se que 54% dos pais, não têm qualificação, são operários que desenvolvem atividades “braçais”, ou seja, ajudante de alguma profissão ou não. Esses operários ganham em média o salário mínimo quando estão inseridos no mercado de trabalho.

GRÁFICO 12: Condições de trabalho dos pais.



Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

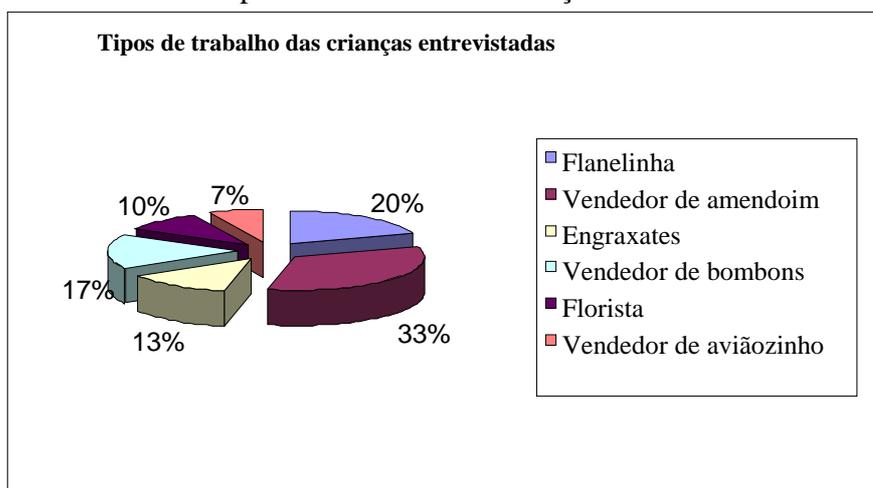
A somatória dos outros percentuais, como mostra o apêndice 02, correspondendo a 46% , são ocupações de trabalho precarizados, em que a maioria deles, está desenvolvendo no mercado informal, porque não tem outra alternativa. Seus ganhos oscilam, isto é, só ganham se trabalharem. Antunes (1995), discorre que nas últimas décadas, houve um resultado mais brutal nas transformações sem precedentes nas relações de trabalho, gerando o desemprego estrutural em decorrência dos quadros recessivos e em função da automação.. Juntando esses fatores, mais a desqualificação dos operários, a questão do baixo nível de escolaridade ou nenhum, a situação fica ainda mais acentuada na questão do desemprego, criando uma massa de desempregados e exclusão social no universo do trabalho, precisamente, porque o mercado de trabalho com o avanço tecnológico, está cada vez mais competitivo, exigindo trabalhadores intelectualmente qualificados e versáteis nas suas profissões.

Mesmo que a Constituição Federal de 1988 garanta a proteção aos trabalhadores visando à melhoria da condição social do cidadão, em seu art. 7º , XXVII – “proteção em face da automação, na forma da lei”. Esse contingente populacional se vê obrigado a conviver com

o subemprego ou desemprego, impelindo seus filhos a se incorporarem ao trabalho em idade imprópria. É uma questão de sobrevivência, em que uma parcela das famílias macapaenses empobrecidas está inserida. Diante da divisão social do trabalho cabe a classe menos favorecida conviver com o desemprego e com empregos que têm menos valor econômico no mercado frente à outras profissões mais bem remunerada.

É o processo de desvalorização e exploração da mão de obra barata do trabalhador, que perante a escassez de trabalho se apega em qualquer oportunidade, enquanto que a riqueza se concentra na mãos de poucos é o processo injusto e desigual do trabalho e da má distribuição de renda que assola a vida de muitos brasileiros, provocada pelo capitalismo periférico com uma política neoliberal de privatização da coisa pública.

GRÁFICO 13: Tipos de trabalho das crianças entrevistadas.



Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

O gráfico 13, apresenta a realidade das ocupações das crianças trabalhadoras do complexo da Praça Beira Rio, com destaque especial para o **vendedor de amendoim** que representa 33% dos entrevistados. Em segundo lugar, sobressaem-se os trabalhadores que trabalham como “**flanelinha**”, originariamente, a palavra deriva do uso da flanela, que os operários infantis utilizam para limpar os pára-brisas dos carros, essa categoria representa 20%, em seguida correspondendo a 17% à categoria de **vendedor de bombons**. Representando o percentual de 13% a categoria dos ⁴**engraxates**, 10% os **floristas** e 7% **vendedor de aviãozinho**.

⁴Engraxates: é um grupo que tem como maior presença de adolescentes, as crianças inseridas neste grupo e que foram entrevistadas na pesquisa responderão satisfatoriamente, no entanto verificou-se que em uma segunda abordagem elas modificaram as respostas nos apontando dados evasivos deste modo foi necessário aprofundar-se para obter dados mais próximos a realidade do referido grupo.

Ressalta-se que cada uma dessas categorias, possui instrumentos de trabalho com características específicas. Outro detalhe importante observado é quanto à forma como eles interagem nas suas relações sociais, todos se conhecem, sabem de onde vêm, onde moram, quanto tempo o colega está trabalhando.

Eles informaram que assim que chegam à Praça Beira Rio, vão demarcando seus espaços, um só pode adentrar no território alheio quando o outro já tiver vendido todo seu produto.

Por outro lado, eles também comentaram que conhecem todos os funcionários do Conselho Tutelar e do Juizado de Menores, quando algum deles percebe a presença de um desses funcionários, rapidamente, os outros também são informados.

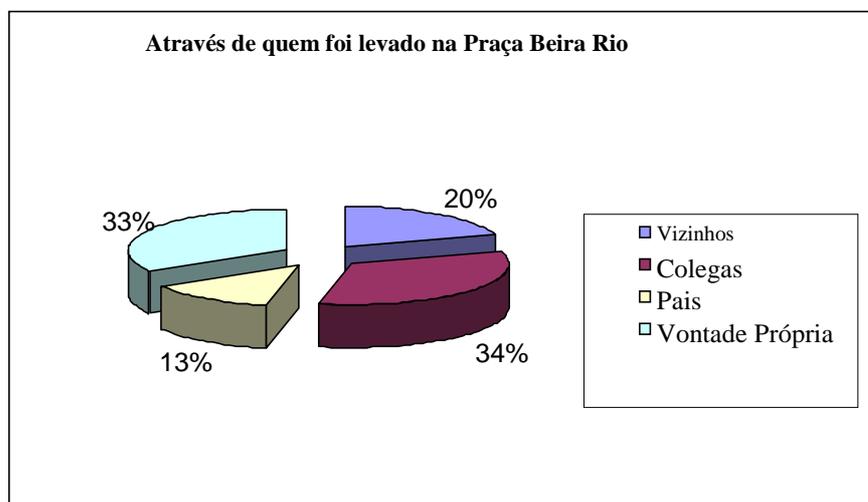
FIGURA 02: Vendedor de Amendoim



Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

Não é fácil ganhar a confiança desses trabalhadores para se conseguir alguma informação, eles estão sempre desconfiando de todo mundo. É preciso ter muita habilidade para fazer qualquer abordagem, a fim de ganhar sua confiança.

Conforme se constata no apêndice 04 em anexo, 34% trabalham há três anos naquele local de trabalho, 23% dos entrevistados trabalham há 1 anos, 20% trabalham há 2 anos e 13% trabalham menos de um ano e 10% trabalham na Praça Beira Rio há mais de 3 anos.

GRÁFICO 14: Através de quem foi levado a trabalhar na Praça Beira Rio.

Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

De acordo com o gráfico 14 acima, 34% responderam que vieram trabalhar ao complexo da Praça Beira Rio através de colegas, 33% por vontade própria, 20% por meio de vizinhos e um percentual inexpressivo de 13% responderam que vieram através dos seus pais.

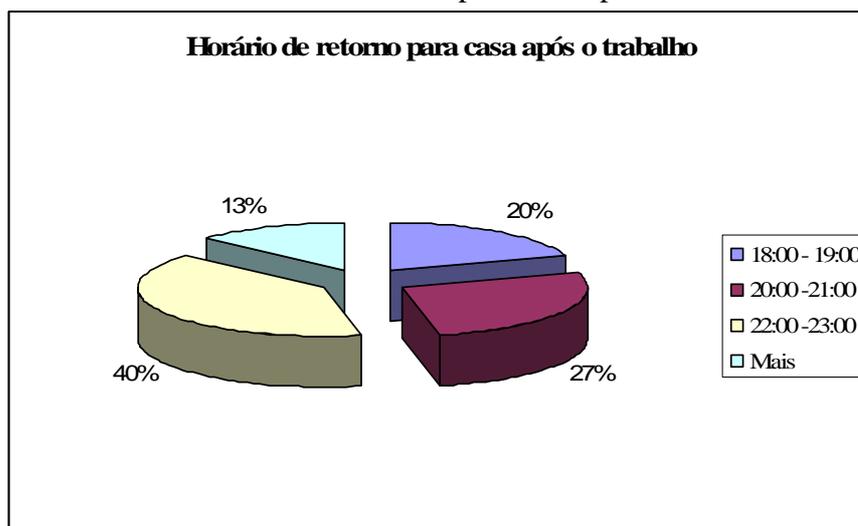
Diante dessa configuração torna-se necessário refletir sobre o desenvolvimento da intervenção de políticas públicas eficazes no sentido de atuar junto às crianças trabalhadoras, afim de minimizar a problemática da exploração do trabalho infantil, que está cada vez mais ostensiva em virtude falta efetiva de atuação e fiscalização dos programas voltados para o atendimento de erradicação do trabalho infantil. De acordo o gráfico 09, verifica-se que nenhuma das crianças pesquisadas está inserida no PETI.

Através do gráfico 15 abaixo, pode-se visualizar que 40 % dos entrevistados voltam para casa a partir entre 22:00 a 23:00 horas. 27% dos informantes retornam entre 20:00 a 21:00 horas, 20% entre 18:00 a 19:00 horas e um percentual de 13%, vão além das 23:00 horas. O gráfico mostra que grande parte da criança trabalhadora de Macapá trabalha muito.

A grande maioria de crianças trabalha mais de 40 horas semanal. Levando-se em consideração seus depoimentos, eles chegam, comumente, à Praça Beira Rio a partir das 14:00 horas e só retornam às 23:00 horas. Logo, eles trabalham 9:00 horas por dia e 63:00 horas semanais. Isso equivale a dizer que trabalham além da sua capacidade física. Indo de

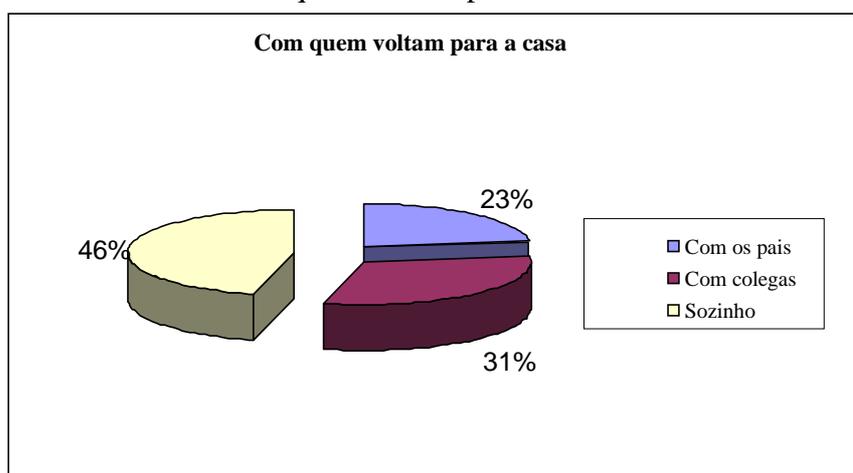
encontro às leis de proteção da criança contra o trabalho infantil. A Constituição de 1988 em seu art. 7º, XXXIII, que estabelece a “proibição do trabalho **noturno, perigoso** ou **insalubre** a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”.

GRÁFICO 15: Horário de retorno para casa após o trabalho.



Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

GRÁFICO 16: Com quem voltam para casa.



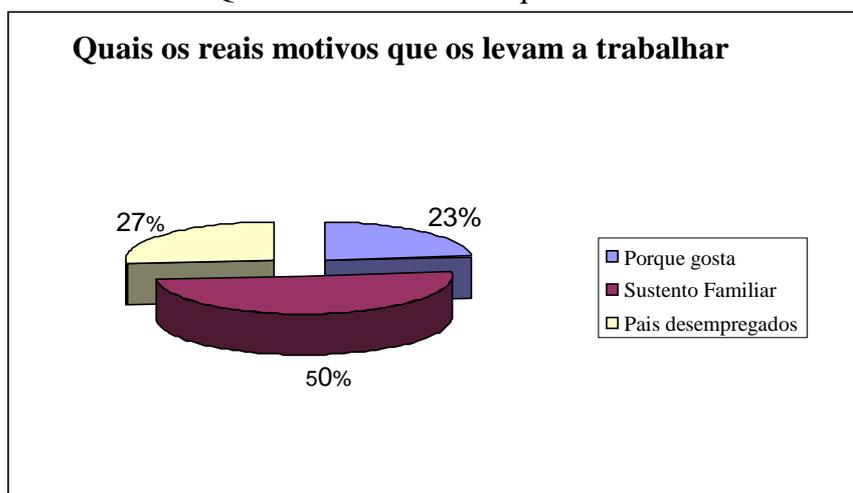
Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

No gráfico 16 percebe-se que 46% dos trabalhadores infantis após o árduo trabalho, voltam sozinhos para casa 31% retornam para casa em companhia de colegas e 23% desses voltam em companhia de seus pais.

Através desses dados observa-se o quanto esses trabalhadores infantis estão expostos a todos os tipos de violência que se depara nas ruas da cidade, principalmente, em

virtude do horário que voltam para casa, inconveniente às suas idades. Sozinhos ou na companhia de colegas, eles não têm nenhum suporte que lhes garantem a proteção.

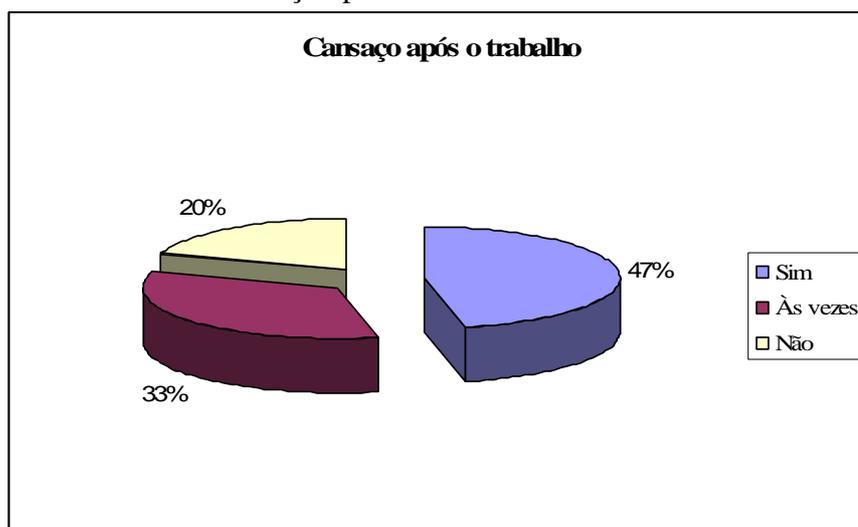
GRÁFICO 17: Quais os reais motivos que os levam a trabalhar.



Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

O gráfico 17 ilustra que, 50% dos entrevistados afirmaram que os motivos que os impulsionam a trabalhar são para ajudar a família no sustento de sua residência, 27% responderam que estão trabalhando porque os pais estão desempregados e vivem de bico (trabalho esporádico), um dia tem trabalho e outro não e 23% responderam que estão ali porque gostam de trabalhar.

Conforme o apêndice 05, pode-se conferir que 40% dos entrevistados trabalham todos os dias, 33% trabalham em dias alternados e 27% só nos finais de semana. Através desses dados, pode-se fazer uma analogia entre as crianças que trabalham para o sustento da família com as que trabalham todos os dias, o que confirma que os 50% das crianças que trabalham para o sustento da família são justamente os 40% que necessitam trabalhar todos os dias. De acordo com essa comparação, percebe-se que a criança trabalha não por que gosta, mas porque precisa. É a carência de recursos financeiros da família que predispõe a criança a trabalhar desde muito cedo para ajudar, com resultados do seu trabalho, o sustento familiar, à custa de muito sacrifício, pois essa situação causa-lhe danos irreversíveis ao seu desenvolvimento normal, matando-lhe silenciosamente o período mais precioso da sua vida: a infância.

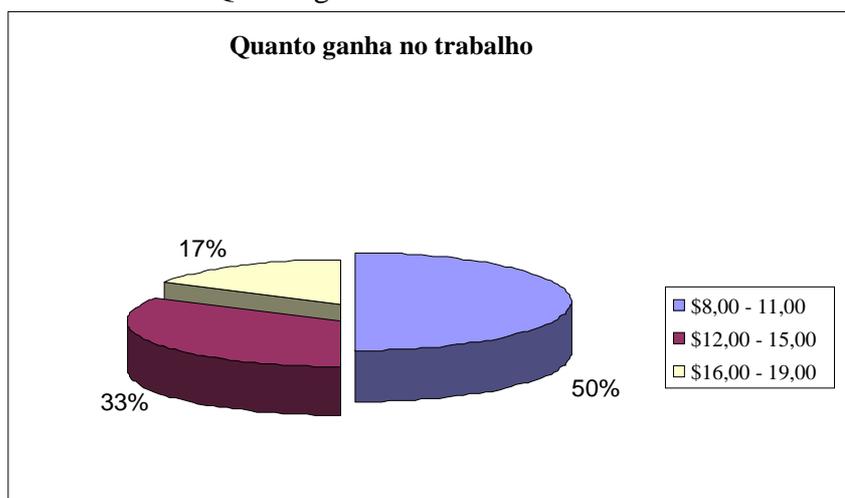
GRÁFICO 18: Cansaço após o trabalho

Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

O gráfico 18 expõe um fator que compromete sensivelmente o desenvolvimento normal dos trabalhadores infantis. Mostrando que 47% das crianças entrevistadas sentem cansaço após o trabalho. 33% responderam que às vezes sentem cansaço e 20% deles, não sentem cansaço após o trabalho. Ressalta-se que, os responderam que não sentem cansaço, afirmaram ainda: “a gente já está acostumado, acordar cedo para estudar e depois trabalhar”. Através desse depoimento, constata-se que os mesmos não possuem discernimento de que o trabalho lhe é prejudicial, devido à sua condição de imaturidade.

O cansaço é prejudicial à criança e adolescente, visto que os mesmos estão em processo especial de desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo, ao sujeitá-los ao esforço de longas horas de trabalho e de irem além de suas possibilidades estruturais, certamente, resultará em um peseu-amadurecimento, pois esses meninos e meninas são crianças que trabalham até mais que um adulto, pelo tempo que ficam comercializando seus produtos ou fazendo pequenos bicos.

Isso prejudicando substancialmente o desenvolvimento normal dos mesmos, decorrente dos efeitos do cansaço, do esforço, da falta de higiene e de todos os problemas laborais que são obrigados a suportar. Com a pouca idade que possuem a sua capacidade de resistência é limitada se comparada às resistências laborais adulta. Sem oportunidade de descanso, há grande probabilidade de virem sofrer as conseqüências na vida adulta, por conta do excesso de horas trabalhadas. Em virtude desse condicionamento ao trabalho, percebe-se que esses trabalhadores infantis já perderam a identidade de ser criança. Eles se vêem como adultos quando afirmam: “a gente já está acostumado, de manhã escola, de tarde trabalho”.

GRÁFICO 19: Quanto ganha no trabalho.

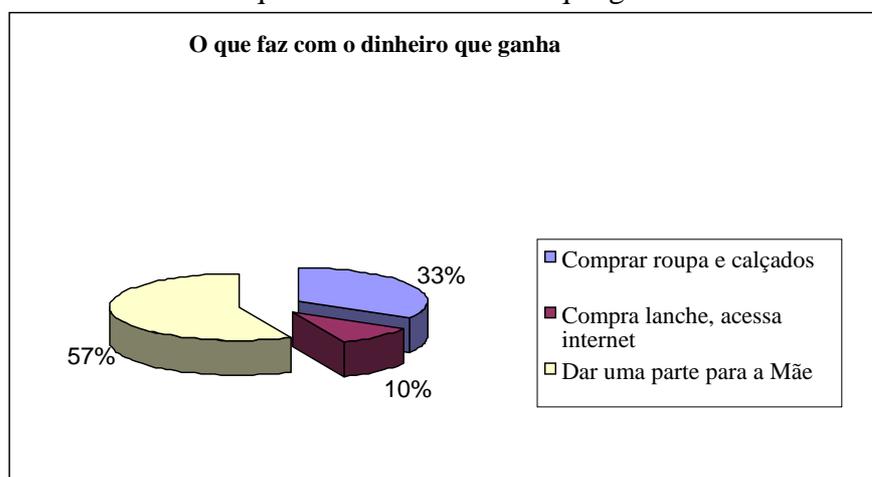
Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

O gráfico 19, apresenta o percentual de ganhos dos trabalhadores infantis em que 50% arrecadam R\$ 08,00 a 11,00 reais pela venda de seus produtos, 33% ganham de R\$12,00 a R\$ 15,00 reais e um percentual muito pequeno de 17% ganham de R\$16,00 a R\$ 19,00 reais por dia.

Diante desses dados, a renda que os trabalhadores arrecadam com a execução de seus trabalhos e a venda de seus produtos é um atrativo para que os mesmos se prontifiquem estar diariamente naquele labor na Praça Beira Rio e também pelas condições de pobreza em que se encontram suas respectivas famílias, porém, este trabalho lhes traz graves conseqüências pelos perigos em que os mesmo estão expostos naquele local de trabalho, visto que na Praça Beira Rio apesar de ser um lugar bastante aprazível, contudo, existe problema de delinqüência de todos os gêneros como: viciados em drogas, prostituição e constantes assaltos. Em vista disso, é visível o perigo que se defrontam todos os dias pelas ruas ao desenvolver seus trabalhos.

FIGURA 03: Praça Beira Rio

Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

GRÁFICO 20: O que faz com o dinheiro que ganha.

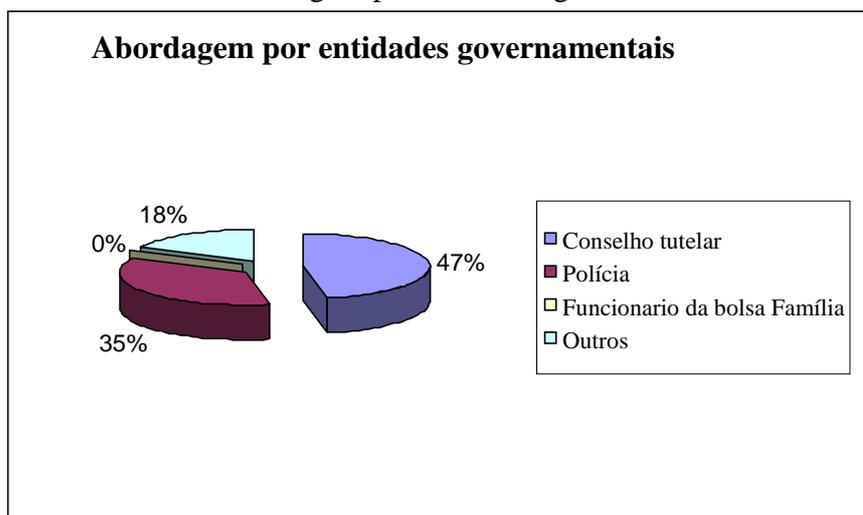
Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

É visível exploração dos pais em ficar com parte da renda obtida na Praça Beira Rio, onde 57% dos entrevistados entregam parte do dinheiro que ganha para as mães e contrapartida, apenas 33% ficam com a renda para compra roupas e calçados, 10% utilizam a renda para compra lanche, acessar a internet. Como podemos constatar neste gráfico esta realidade não está longe da realidade apresentada pela (UNICEF 2000), “De acordo com esta

instituição as causas da oferta da mão de obra infantil são: a pobreza a própria família oferece o trabalhos dos filhos muito cedo”.

Os valores e tradições da nossa sociedade é uma das causas, (a maioria dos pais acreditam que é melhor a “criança trabalhar do que ficar nas ruas”), “e até mesmo o desejo de as próprias crianças quererem trabalhar, seja para o próprio sustento ou para compor a renda familiar”.

GRÁFICO 21: Abordagem por entidades governamentais



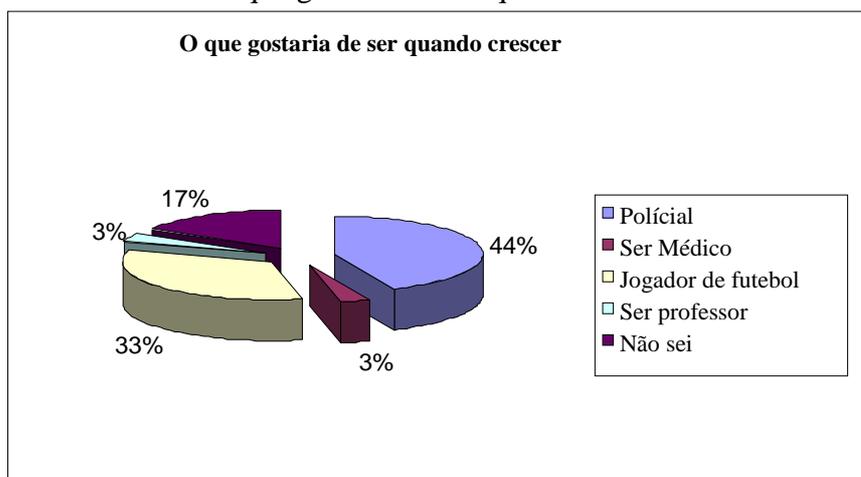
Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

O gráfico 21 expõem que 47% dos entrevistados já foram abordados e encaminhados pelos funcionários do Conselho Tutelar, 35% foram abordados pela polícia que faz ronda naquele local e 18% por outras pessoas como estudantes e turistas.

Por conta disso, é que os trabalhadores infantis se ressentem quando alguém se aproxima deles fazendo perguntas. Eles não se sentem confiante para responder de imediato tais indagações. A pessoa que pretende investigá-lo deve ter cautela e flexibilidade no trato da abordagem, caso contrário não conseguirá nada com os mesmos, segundo depoimento das crianças, um deles afirmou que quando percebem a aproximação de um funcionário de alguma instituição eles se afastam rapidamente.

Segundo M. A “um dia o policial correu a traz de mim que foi preciso eu pular na água, ainda bem que eu já tinha vendido todos os meus pacotes de amendoim e eu também sabia nadar” (Trabalhador Infantil, 11 anos).

Através desse depoimento pode-se inferir que a ação por parte de alguns policiais não é sócio-educativa junto às crianças e sim, uma ação coercitiva e repressiva.

GRÁFICO 22: O que gostaria de ser quando crescer.

Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010.

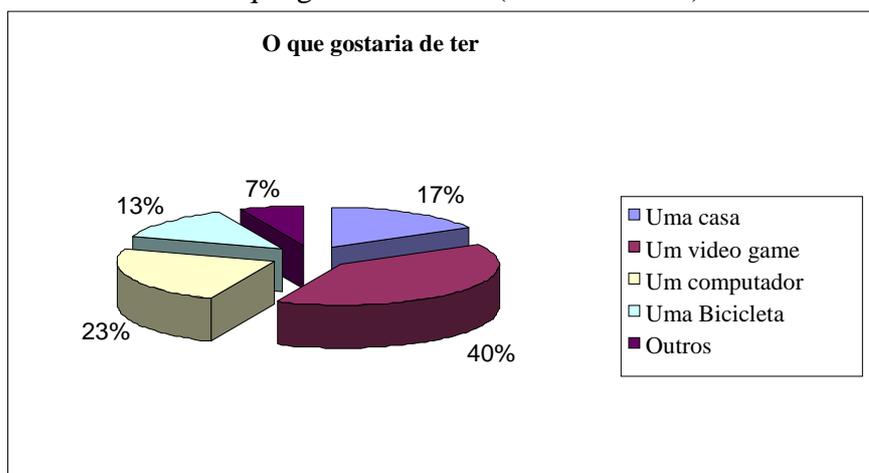
Estimular nos entrevistados sua visão para formação profissional na idade madura é de suma importância, na identificação que por mais que sua infância esteja sendo fragmentada, os mesmos têm perspectiva que estudando chegarão ao patamar das seguintes profissões.

O gráfico 22, mostra que 44% dos trabalhadores responderam que querem ser policiais, 33% responderam que querem ser jogador de futebol, 17% querem ser médicos, 03% querem ser professor e em igualdade de percentual 3% responderam que ainda não sabem o que querem ser.

Percebe-se que a profissão de policial foi a mais cotada, inquiriu-se às crianças o porquê de ser policial, e eles responderam: “O policial tem poder”. Através deste depoimento percebe-se a imagem que eles têm do policial, precisamente, pela forma como são tratados por esses profissionais.

Pela leitura do gráfico 23 abaixo, percebe-se que todo ser humano em sua essência almeja algo para fazer com prazer ou ter, seja em menor ou maior proporção sempre que for instigado, porém devemos respeitar cada peculiaridade de todos os entrevistados, dos quais 40% dos entrevistados desejariam ter um vídeo game, 23% gostariam de ter um computador, 17% queriam ter uma casa, 13% uma bicicleta e 07% gostariam de ter outras coisas, como os Pai e Mãe vivendo junto, todos os brinquedos que passam na televisão.

Nesta visão pode-se constatar que os entrevistados almejam coisas básicas, que toda família de classe média tem, mais o panorama da vida que os rodeiam não dão a mínima chance para ascensão econômica e social.

GRÁFICO 23: O que gostaria de ter. (bens materiais)

Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010

Estando muitos destes abaixo da linha da pobreza e sem condição de ter nem mesmo uma bicicleta, nesse sentido a mídia exerce muita influência sobre essa classe menos abastardas, alienando-os a querer coisas que seus Pais não têm condições de lhes dar, justamente pela ubiquidade da mesma em todos os lugares.

Sabe-se que somente através da educação que esse quadro pode ser mudado e ainda, a educação é fundamental para qualquer indivíduo, além de permitir a formação para vida em um proceso emancipatório e humano, prepara também para o trabalho e conseqüentemente para a formação critica de seus cidadãos.

4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE DE MACAPÁ, COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Em Macapá o trabalho infantil ocorre em uma realidade complexa caracterizada pelo acelerado 'crescimento populacional'⁵ que tem ocorrido nos últimos anos, acompanhado, concomitantemente, com o aumento dos problemas sociais. O planejamento, a criação de políticas públicas constitui em instrumento fundamental para coibir ou atenuar os problemas sociais existentes na sociedade.

Boneti (2003, p.20) infere que políticas públicas são “o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas

⁵ IBGE (CENSO 2000): A criação da área de Livre Comércio de Macapá e Santana em 1991 veio acentuar a tendência de concentração urbana no Estado. Sendo que Macapá e Santana apresentam as maiores densidade demográfica 43,17 % hab./km² e 50,30 hab/km² respectivamente.

pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de relações atribuídas à instituição estatal, que provoca o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos dos investimentos na escala social e produtiva da sociedade”. Nesse caso, o Estado se apresenta apenas como agente repassador à sociedade civil das decisões saídas do âmbito da correlação de forças travadas entre os agentes do poder.

O município de Macapá, além de desenvolver os programas federais como Bolsa Escola Cidadã, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o programa Fome Zero. O Estado e o Município vêm desenvolvendo projetos voltados ao atendimento de crianças e adolescentes, no intuito de contribuir para a não proliferação das mazelas sociais, assim como também, de retirar centenas de crianças macapaenses do universo do trabalho infantil.

Merecem destaque alguns projetos desenvolvidos por instituições estaduais e municipais do município de Macapá:

4.3.1 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

Programa do Governo Federal, criado em de 1992, com a finalidade de retirar crianças e adolescentes, com a idade até 15 anos, do trabalho infantil, considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, ou seja, daquele trabalho que coloca em risco a saúde e a segurança da criança. A Prefeitura Municipal de Macapá atende atualmente através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), 350 crianças e adolescente na faixa etária de 7 a 15 anos.

Segundo informações prestadas pelos coordenadores do PETI, da Prefeitura Municipal de Macapá, o programa é desenvolvido em 7 núcleos, e cada núcleo atende 25 crianças e adolescentes nos turnos da manhã e à tarde, perfazendo um total de 350 atendimentos com o desenvolvimento de várias atividades como: oficinas pedagógicas, esportivas, recreativas.

Segundo informações da Delegacia Regional do Trabalho (DRT-AP), Macapá possui cerca de 700 famílias cadastradas no PETI, cada criança recebe uma bolsa de R\$ 25,00 da área urbana e da área rural R\$ 40,00. Ao todo, são mais de mil crianças com a idade entre 7 a 15 anos que são beneficiadas pelo programa. Mesmo assim, muitas delas continuam trabalhando, informa a Delegada da DRT-AP.

4.3.2 Projeto Peixinhos Voadores

O projeto foi criado em 2002 e é desenvolvido pela Polícia Militar de Macapá. O projeto foi criado com caráter sócio-esportivo, cujo objetivo é oferecer aulas de natação e ajudar na inserção social de crianças e adolescentes com idades entre 04 a 17 anos regularmente matriculados na rede pública de ensino do Estado ou Município.

Em média, são inscritas no projeto 1200 crianças por ano em vários municípios do Estado. Em Macapá, o projeto Peixinhos Voadores atende por ano 400 crianças. Segundo informações dos coordenadores, o projeto começou com 7 crianças. Além do município de Macapá, o programa se estende para outros municípios como Oiapoque, Laranjal do Jarí, Amapá e Mazagão.

O projeto “Peixinhos Voadores”, está funcionamento há 8 anos dentro do quartel do comando geral da Polícia Militar, e conta com a participação efetiva dos pais e responsáveis dos participantes do projeto. Os coordenadores ressaltam que essa, é uma das exigências do projeto.

4.3.3 Projeto Pirralho

O Projeto Pirralho é desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá em parceria com a sociedade civil organizada. A finalidade precípua do projeto é o pleno acesso e usufruto dos bens e serviços produzidos socialmente às crianças e jovens, na expectativa de efetivas ações necessárias à avaliação dos direitos de que são titulares, como instrumento concreto de resgate da dignidade perdida, para a construção da cidadania da população infanto-juvenil do Estado do Amapá.

O projeto destina atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e, ou social com idade entre 09 a 18 anos incompletos, cursando o ensino regular ou supletivo, que já tendo ou rompido os laços familiares.

O objetivo do projeto Pirralho é a implantação de um sistema natural de prevenção e proteção de meninos e meninas, tal qual saúde, educação, lazer, profissionalização e proteção ao trabalho. Entre outros atendimentos materializados nos programas de apoio, os participantes do projeto recebem também: auxílio, orientação às crianças de rua, carentes, dependentes de substâncias químicas e pequenos infratores.

Os educandos recebem a título de bolsa de aprendizagem, uma cesta básica orçada em R\$40,00 (quarenta reais), para a manutenção de sua subsistência mensal como auxílio e incentivo pela participação nas atividades sócio-pedagógicas e profissionalizantes, bem como vale transporte, para o custeio de seu deslocamento ao local das atividades. Além de assistência médico-dontológica e psicossocial.

São conveniadas nesse projeto, as empresas: Serviço Nacional da Indústria (SENAI-AP), Empresa Amapá Florestal e Celulose (ANCEL), INFRAERO SOCIAL.

Participam desse projeto 228 crianças e adolescentes. O projeto não se concentra apenas no município de Macapá, e sim, a outros municípios do Estado. Em Macapá, são atendidos somente 80 crianças e adolescentes, o restante das vagas é distribuído para os outros municípios do Estado como: Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jarí, Oiapoque, Porto Grande, Serra do Navio, Santana e Tartarugalzinho.

A essência da Política Social esta pautada na redução das desigualdades sociais, agregada às questões econômicas, política e educacional, nessa perspectiva cria-se programas que contemple a problemática do trabalho infantil. Ressalta-se o carro-chefe desse programa social denominado de PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), com objetivo principal, é retirar crianças de atividades, penosas, degradantes, insalubres ou perigosas e remetê-las às escolas. Porém essa responsabilidade é de ação do Governo Federal ,com parceria, estaduais, municipais e da sociedade civil.

Como o Estado do Amapá está inserido nos programas sociais. Fez uma análise da aplicabilidade do programas sociais no município de Macapá, detectando-se a negatividade do programa PETI. Observou-se a participação nula na questão dos trabalhadores infantis do complexo da Praça Beira Rio, visto que a proposta do PETI é retirar crianças de atividades degradantes e não para dar suporte na permanência dos mesmos, em pesquisa a lócus à instituição executora do programa, as informações obtidas foram as seguintes: o procedimento do município é pela procura dos pais que almejam uma atividade para que os filhos não fiquem ociosos, e mais alarmantes, foi detectado também que os trabalhadores infantis do complexo da Praça Beira Rio não estão inclusos no PETI, pois, 34% já estão trabalhando há três naquele local e mais, 10% deles, estão trabalhando há mais de 3 anos. Com isso percebe-se que há uma deficiência quanto à fiscalização da aplicabilidade efetiva do programa por parte dos órgãos executores que não estão seguindo as diretrizes proposta pelo programa.

Assim contribuído para permanência e proliferação do trabalho infantil. Por outro lado, constatam-se pontos positivos nos programas sociais: Peixinhos Voadores e projeto Pirralho pela inclusão familiar no acompanhamento dos mesmos e os benefícios eficazes ao

trabalhar com a criança na fase de seu desenvolvimento. Embora sejam positivos, esses programas, entretanto, não são suficientes para atender a demanda da população que necessita de políticas públicas eficazes no atendimento e erradicação do trabalho infantil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a maioria das ações de combate ao trabalho infantil busca assegurar às famílias das vítimas apoio financeiro para compensar a renda até então auferida por elas, essas ações se resumem a políticas públicas que têm por objetivo combater o trabalho infantil com estratégias de prevenção e erradicação.

No entanto, há uma distância enorme entre o que é pensado e decidido em termos de políticas e as realidades vividas pelas famílias, que não só apóiam, mas, muitas vezes, impõem a entrada das crianças no trabalho. Nossa preocupação não foi com o fato de que essas famílias, na sua maioria, necessitam do trabalho dos filhos.

Sabemos disso, bem como entendemos que esse trabalho possibilita, muito precariamente, certo compartilhamento de bens sociais e a aceitação por parte da sociedade. Nosso intento era apontar as malhas invisíveis que sustentam a reprodução dessa ideologia, seja por ocultação, seja por falta de estratégias socialmente compartilhadas capazes de alterar esse jogo de poder.

Contudo, pesquisas constataam que, aliada à permanência de grande número de crianças no trabalho, observa-se a crença das famílias, das próprias crianças, dos empregadores e até mesmo de muitos agentes encarregados do combate a esse tipo de trabalho, de que ele só trará benefícios para as crianças. Neste sentido, as ações de combate encontram-se comprometidas em face de aspectos subjetivos afirmativos do trabalho, de modo que seu sucesso parece condicionado ao desvelamento desses aspectos.

O presente estudo levantou dado estatístico que permite uma maior compreensão do processo social e histórico, por meio do qual a ideologia do trabalho como educador, dignificante, se estabeleceu nas mentalidades do povo brasileiro e orientou as políticas públicas voltadas para a criança.

Os sujeitos, aqui em questão, respondem à nova ética do trabalho, aderindo a essa ideologia. É, como se para essas crianças que vivem no universo da pobreza, não houvesse outra possibilidade na vida, a não ser um encaminhamento ao mundo do trabalho, essas crianças continuam sendo percebidas no imaginário da nossa sociedade como um problema social, como seres que estão em vias de se tornarem delinquentes ou criminosos, sendo encaminhados ao trabalho como forma de prevenção.

O trabalho infantil destrói o tempo da infância, onde as crianças perdem sua fase de ociosidade e de brincar fazendo com que elas se tornem um adulto precoce. Devido ao grande número de crianças que trabalham e muitas vezes com carga horária superior à dos adultos. O governo procurou desenvolver políticas de combate ao trabalho infantil, visando acabar com a exploração da criança e com intuito de inseri-la na escola, entretanto, o que se constata é que, simplesmente, a criança está na escola, porém, não está incluída no contexto escolar, porque a escola não atende às reais necessidades da criança, principalmente, da criança trabalhadora.

A escola na maioria das vezes, não está preparada para lidar com as diferenças, por falta de aptidão técnica e até mesmo de compromisso. E a criança trabalhadora é diferente, pela sua vivência do dia a dia, é premente um olhar diferenciado para ela. E se a escola não consegue perceber essa diferença, conseqüentemente, a criança vai ter uma defasagem no seu processo ensino-aprendizagem, por conta disso, a escola vai se tornar desinteressante para ela. A partir do momento que esses efeitos começam a refletir na criança trabalhadora, através da repetência, por conseguinte, ela vai evadir-se da escola.

É notório que a fiscalização e a avaliação de políticas públicas em prol dos direitos e garantias de proteção à criança trabalhadora é deficiente, assim como sua execução. Caso contrário, não estaria esse fenômeno social se arrastando por quase seis séculos, mesmo o Brasil tendo uma legislação que serve de referência para outros países do mundo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **ADEUS AO TRABALHO?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1981.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:** informação e documentação: referências: apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.

_____. **NBR 6024:** informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2003. 3 p.

_____. **NBR 6027:** informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003. 2 p.

_____. **NBR 6028:** informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003. 2 p.

_____. **NBR 10520:** informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 7 p.

_____. **NBR 14724:** informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 6 p.

_____. **NBR 14724 Emenda 1:** informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005. 1 p.

ASTI VERA, Armando. **Metodologia de Pesquisa Científica.** Porto Alegre: Globo, Vozes/São Leopoldo: Sinodol, 1992.

BONETI, Lindomar Wessler. **O Silêncio das ÁGUAS:** Políticas Públicas, Meio Ambiente e Exclusão Social. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2003. (Coleção Ciências Sociais).

BRASIL. **Constituição Federal (1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil.** 6. ed. Brasília,DF: Senado, 2006.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e de Adolescente e dá outras providências.**

CAMPOS, H. R. **Pobreza e trabalho infantil sob o capitalismo.** 2001. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, UFRN, 2001.

CASTORIADIS, C. A instituição e o imaginário: primeira abordagem. In: _____. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- CERVO, A. L. BERVIAN, P. **A Metodologia Científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1974.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 34 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CORRÊA, Cláudia Peçanha; GOMES, Raquel Salina. **As diversas faces de uma realidade**. Petrópolis: Viana & Mosley, 2003.
- CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Trabalho Infantil: a negação de ser criança e adolescente no Brasil**. Florianópolis: OAB/SC, 2007.
- DA MATTA, R. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DURKHEIM, Emile. **Da Divisão do Trabalho Social**. Tradução: Eduardo Brandão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ECA - **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Ministério do Trabalho, Secretaria de Fiscalização do Trabalho, 1990.
- FREITAG, Barbara. **O indivíduo em Formação: diálogo interdisciplinar sobre educação**. 3º Ed. São Paulo, Cortez, 1994 (Edição questão da nossa época, Vol. 30)
- FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- GUERRA, Viviane Nogueira de A. **Violência de Pais contra filhos: a tragédia revistada** 4. ed. Rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2001.
- GUIMARÃES, Telma, BRAZ, Emílio Júlio. **Infância Roubada: A exploração do trabalho infantil**. São Paulo: FTD, 2000.
- HUZAK, Iolanda; AZEVEDO, Jô. **Crianças de fibra**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, CENSO (2000)**.
- KONDER, Leandro. **O QUE É DIALÉTICA**. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1981.
- MARX, Karl. **O CAPITAL: Crítica da Economia Política**. Livro I – O Processo de Produção do Capital. Vol. II, 12 Ed. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1988.
- MERKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação: Introdução ao Estudo da Escola no Processo Social**. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2010.
- MORTARI, Cláudia. **Antropologia cultural e multiculturalismo/ Cláudia Mortari [et.al]**. 2 ed. –Florianópolis (SC); UDESC: FAED: CEAD, 2002.
- NOVAIS, Liliane Capilé Charbel. **Criança em situação de rua: trabalho e estratégia de sobrevivência**, 1996. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPb, 1996.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. Offe e seus questionamentos sobre a categoria trabalho. In: _____. **O Debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expresso Popular, 2006. p. 61-77.

PORTO, Cristina; HUZAK, Iolanda, AZEVEDO, Jô. **Trabalho Infantil**: o difícil sonho de ser criança. São Paulo: Ática, 2008.

RIZZINI, I. (Org.). **O Século Perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula/Amais, Livraria e Editora, 1998.

SILVA, R B. F. **Trabalho infantil e construção da identidade e gênero**. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de Santa Catarina do Sul, 2000.

SOUZA FILHO, A. **Medos, mitos e castigos**: notas sobre a pena de morte ,v. 46. São Paulo: Cortez , 1995.

SOUZA, M. Cecília C. C. Professores deprimidos podem formar sujeito? **Revista Educação e Psicologia**, Vol. II São Paulo: Ed. Segmento, 2009; p. 64-73

TRABALHO INFANTIL NO AMAPÁ. Disponível em:< www.tjap.jus.corredoria/index.php?> Acesso em: 10/08/2010.

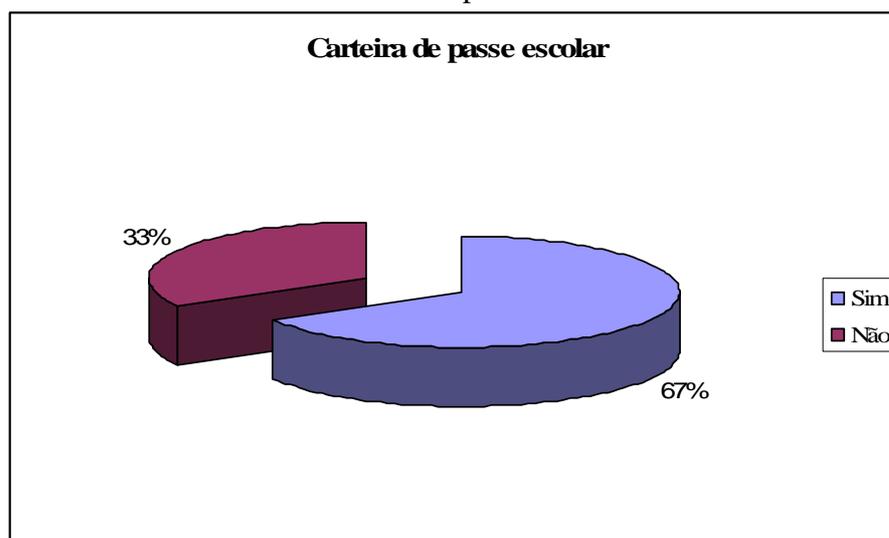
UNICEF. Disponível em:<<http://www.unicef.org.br>> Acesso em: 14/08/2010.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 2º Ed, 2001.

ZALUAR, Alba. **Da revolta ao crime S. A.** São Paulo: Moderna, 2002. (Coleção Polêmica)

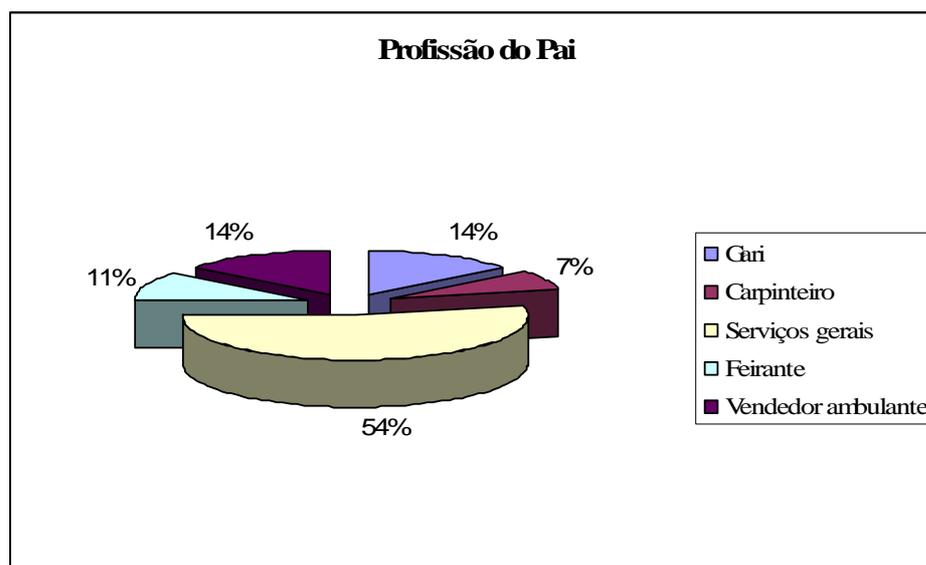
APÊNDICES

APÊNDICE 01: Possui carteira de passe escolar.



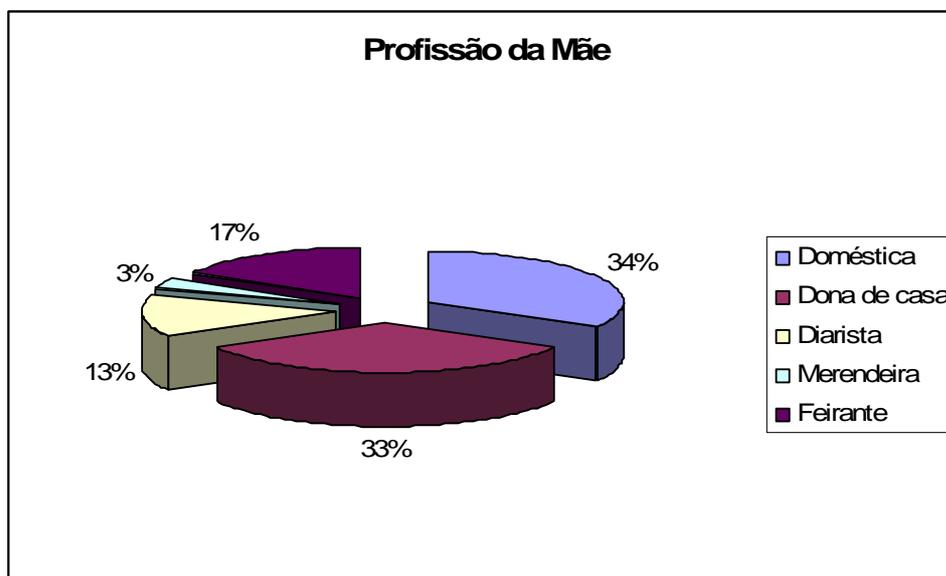
Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010

APÊNDICE 02: Profissões dos pais



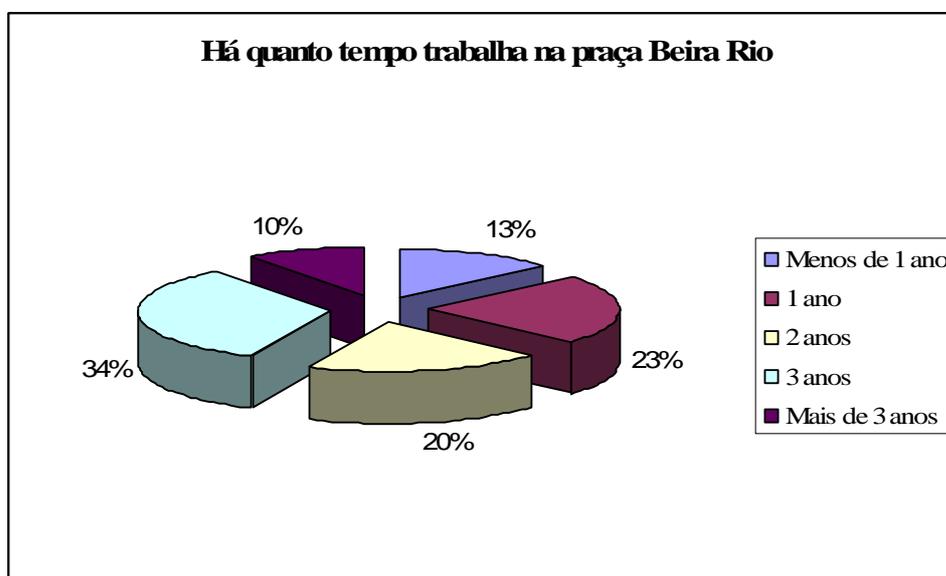
Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010

APÊNDICE 03: Profissões da Mãe.

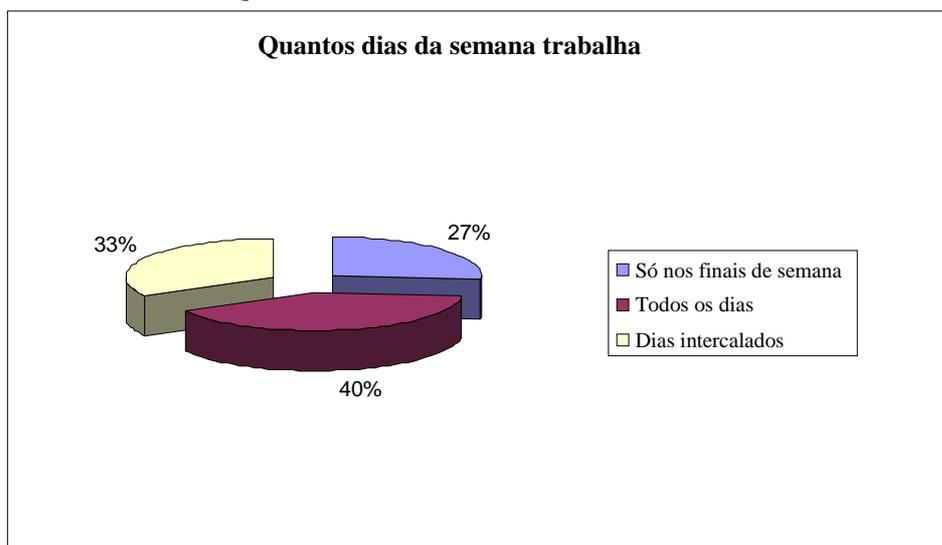


Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010

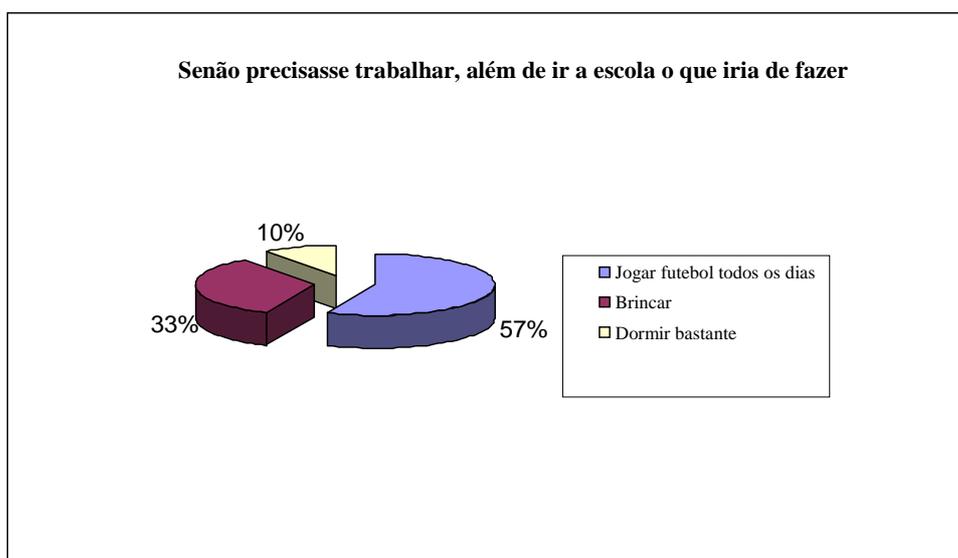
APÊNDICE 04: Há quanto tempo trabalha na Praça Beira Rio.



Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010

APÊNDICE 05: Quantos dias da semana trabalha.

Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010

APÊNDICE 06: Senão precisasse trabalhar, além de ir a escola o que iria fazer.

Fonte: pesquisa de campo, junho/julho, Macapá-AP, 2010

APÊNDICE 07: FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

CURSO: CIÊNCIAS SOCIAIS

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS DA CRIANÇA TRABALHADORA DO
COMPLEXO DA PRAÇA BEIRA RIO

IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE

1. SEXO:

 Masculino Feminino

2. COR DA PELE:

 Pardo Negro Branco

3. FAIXA ETÁRIA:

 5 - 6 anos 7 - 8 anos 9 - 10 anos 11 -12

4. CIDADE DE ORIGEM

 Macapá Breves Afuá Mazagão Outros

5. BAIRRO ONDE MORAM:

 Brasil Novo Perpétuo Socorro Zerão Santa Inês Buritizal Jardim I Marabaixo

6. MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA IR À ESCOLA E AO TRABALHO:

 vai a pé vai de bicicleta vai de ônibus

7. SITUAÇÃO ESCOLAR DA CRIANÇA TRABALHADORA.

 não estuda Pré-escola 1ª - 2ª 3ª - 4ª

5ª – 6ª

8. VOCÊ JÁ REPETIU DE ANO NA ESCOLA, DEPOIS QUE COMEÇOU A TRABALHAR?

- nenhuma vez
- uma vez
- duas vezes
- mais

9. PARTICIPA DE ALGUM PROGRAMA DE GOVERNO:

- programa Bolsa Escola Cidadã
- programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Bolsa família
- programa Luz para Viver Melhor
- outros, qual?-----

10. COM QUE VOCÊ MORA?

- mora com a mãe e os irmãos
- mora com o pai e os irmãos
- mora com os pais
- mora com a mãe e outros
- mora com os pais e outros
- mora na rua

11. QUANTOS IRMÃOS VOCÊ TEM?

- dois irmãos
- três irmãos
- quatro irmãos
- cinco irmãos
- mais: -----irmãos.

12. CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PAIS:

- nenhum trabalha
- o pai trabalha
- a mãe trabalha
- os dois trabalham

13. TIPO DE TRABALHO DA CRIANÇA TRABALHADORA

- flanelinha
- vendedor de amendoim
- engraxate
- vendedor de bombons
- vendedor de picolé e chope
- florista
- vendedor de aviãozinho
- vendedor de pipoca
- outros:.....

14. ATRAVÉS DE QUEM, VOCÊ VEIO TRABALHAR AQUI, PELA 1ª VEZ ?:

- por intermédio de colegas
- por intermédio dos pais

- por intermédio de vizinhos
 - por vontade própria
15. A QUE HORAS VOCÊ VOLTA?
- 18:00 – 19:00
 - 20:00 – 21:00
 - 22:00 – 23:00
 - mais
16. COM QUEM VOCÊ VOLTA PARA CASA?
- sozinho
 - junto com os colegas
 - em companhia dos pais
17. QUAIS OS REAIS MOTIVOS QUE LEVAM VOCÊ A TRABALHAR?
- porque gosta
 - para ajudar os pais no sustento da família
 - porque seus pais o obrigam
 - porque os pais estão desempregados
18. VOCÊ FICA CANSADO DEPOIS DO TRABALHO
- sim
 - às vezes, sim
 - não
19. QUANTO VOCÊ GANHA NESSE TRABALHO?
- R\$ 8,00 – 11,00
 - R\$ 12,00 -15,00
 - R\$ 16,00 - 19,00
 - mais
20. O QUE VOCÊ FAZ COM O DINHEIRO QUE GANHA?
- compra roupas, calçados
 - compra lanche, acessa a internet
 - dar uma parte para a mãe
 - dar uma parte para o pai
 - compra brinquedos
21. VOCÊ JÁ FOI ABORDADO POR ALGUM FUNCIONÁRIO DE GOVERNO?
- conselho tutela
 - polícia
 - funcionário do Bolsa Escola Cidadã
 - funcionários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
 - acadêmicos
 - outros
22. O QUE VOCÊ QUER SER QUANDO CRESCER?
- não sei
 - quero ser professor
 - quero ser médico
 - quero ser pedreiro

- quero ser jogador de futebol
- quero ser político, para ter poder e muito dinheiro
- quero ser um artista famoso
- policial
- outros:.....

23. HOJE, SE VOCÊ PUDESSE, O QUE VOCÊ GOSTARIA DE TER?

- ma casa
- um vídeo game
- um computador
- uma bicicleta
- outros

APÊNDICE 08: POSSUI CARTEIRINHA DE PASSE ESCOLAR?

- sim não

APÊNDICE 09: PROFISSÃO DO PAI:

- carpinteiro
- feirante
- gari
- pedreiro
- serviços gerais
- vendedor ambulante
- outros

APÊNDICE 10: PROFISSÃO DA MÃE

- doméstica
- dona de casa
- diarista
- merendeira
- feirante

APÊNDICE 11: HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NA BEIRA RIO?

- dias, quantos?-----
- mês, quantos? -----
- ano, quantos? -----

APÊNDICE 12: QUANTOS DIAS DA SEMANA VOCÊ TRABALHA?

- só nos finais de semana
- todos os dias
- um dia sim, outro dia não

APÊNDICE 13: SE VOCÊ NÃO PRECISASSE TRABALHAR, ALÉM DE IR À ESCOLA, O QUE VOCÊ MAIS GOSTARIA DE FAZER?

- brincar
- dormir bastante
- jogar pelada de futebol todo dia
- outros.....